

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Letícia Lopes de Souza

A Atuação de Profissionais de Psicologia em Contextos Rurais na América Latina

Juiz de Fora
2024

Letícia Lopes de Souza

A Atuação de Profissionais de Psicologia em Contextos Rurais na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes de Souza, Letícia.

A Atuação de Profissionais de Psicologia em Contextos Rurais na América Latina / Letícia Lopes de Souza. -- 2024.

70 p.

Orientador: Telmo Mota Ronzani

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

1. Contextos Rurais. 2. Psicologia. 3. América Latina. 4. Atuação Profissional. I. Mota Ronzani, Telmo, orient. II. Título.

LETÍCIA LOPES DE SOUZA

A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA
AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de mestra em Psicologia.

Aprovada dia 26 de Junho de 2024.

Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Juliana Perucchi
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte

À Lúcia de Fátima Lopes de Souza,
minha mamãe e maior incentivadora
dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Achei que não fosse possível ocupar esse espaço. E por vezes, durante essa jornada, ainda achei que não era. Com o coração repleto de emoção, agradeço a todos que fizeram parte desse processo e me ajudaram a conquistar o impossível:

A minha mãe, Lúcia, pela proteção e pelo carinho. Foram as inúmeras vezes em que a senhora se reinventava diante das demandas da vida para conseguir demonstrar, com todo amor e paciência, a importância de estudar, que me fizeram chegar até aqui. Este trabalho é nosso, mãe. Muito obrigada.

Ao meu pai, Custódio, aos meus irmãos e padrinhos, Rafael e Mariana, e aos meus queridos sobrinhos, Marcelo e Joaquim, agradeço a presença de vocês comigo.

Aos amigos que tanto me orgulho de ter ao meu lado, muito obrigada. Em especial a Lore, que consegue enxergar para além do que meus olhos alcançam e foi fundamental para concretização desse sonho. E ao Vini, que foi e é sinônimo de acolhimento para o meu coração.

Ao meu querido professor e orientador, Telmo. A maestria com que você consegue transmitir o conhecimento que possui é a minha maior fonte de inspiração profissional. Assistir e fazer parte da sinergia criada por você é um privilégio imensurável do qual para sempre serei grata. Pela paciência, compreensão, oportunidades, pelo esforço e pelo carinho; pelos ensinamentos e por poder trabalhar ao seu lado, muito obrigada.

Aos alunos de Iniciação Científica e aos alunos da disciplina Introdução à Psicologia Comunitária que marcaram esse capítulo da minha história de uma forma tão especial. A Joanna, que não mediu esforços para me ajudar com esse projeto.

E por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente apoiaram essa investigação,

Muito obrigada!

RESUMO

A aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina tem se intensificado ao longo dos últimos anos. Apesar do histórico de formação da profissão e do interesse de estudo e atuação serem majoritariamente voltados para os contextos urbanos, mudanças políticas e o desenvolvimento de novas perspectivas contribuíram para que os profissionais de Psicologia se encontrassem com as ruralidades. Existem importantes publicações na literatura que exemplificam as possibilidades desse encontro. Todavia, estudos que fazem uma caracterização acerca da atuação desses profissionais são escassos. A partir desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal caracterizar a atuação dos profissionais de Psicologia em contextos rurais e/ou municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes). Trata-se de uma pesquisa transversal, e de caráter exploratório e descritivo. A amostra foi composta por 160 profissionais das cinco grandes regiões brasileiras e de outros sete países da América Latina. Os dados foram coletados através de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, construído pelos autores do artigo, a partir das informações da literatura de referência na área de Psicologia em Contextos Rurais. Os resultados apresentados e as discussões realizadas referem-se às características sociodemográficas, caracterização do trabalho e avaliação sobre a formação e referenciais teóricos dos profissionais de Psicologia em contextos rurais. Os dispositivos de trabalho que mais foram apontados pelos profissionais são voltados para as áreas de saúde, assistência social e pesquisa. Os territórios de atuação mais indicados foram os municípios de pequeno porte, as comunidades rurais e áreas de agricultura familiar. As equipes de saúde e as instituições de ensino/pesquisa foram os tipos de instituição de inserção no trabalho mais apontados pelos participantes. No que se refere a avaliação sobre a formação, mais da metade dos profissionais indicaram não ter tido nenhum contato com o tema durante a graduação. Quanto aos referenciais teóricos, a Psicologia Social e a Psicologia Comunitária foram as perspectivas de atuação mais indicadas pelos profissionais.

Palavras-chave: Contextos Rurais. Psicologia. América Latina. Atuação Profissional.

RESUMEN

La aproximación de la Psicología con los contextos rurales en América Latina se fue intensificando en los últimos años. A pesar de que, históricamente, la formación de la profesión, así como el interés de estudio y actuación estuvo dirigido generalmente, hacia los contextos urbanos; los cambios políticos y el desarrollo de nuevas perspectivas contribuyeron para que los profesionales de Psicología se aproximen con las zonas rurales. Si bien, existen importantes publicaciones en la literatura que ejemplifican las posibilidades de dicho encuentro, los estudios que abordan sobre las características de la práctica de tales profesionales son escasos. Partiendo de este escenario, el presente trabajo tiene como objetivo principal caracterizar la actuación de los profesionales de Psicología en contextos rurales y/o municipios de pequeño porte (hasta 20 mil habitantes). Se trata de un estudio transversal, de carácter exploratorio y descriptivo. La muestra estuvo conformada por 160 profesionales provenientes de las cinco grandes regiones brasileñas y de otros siete países de América Latina. Los datos fueron obtenidos a través de un cuestionario estructurado, con preguntas abiertas y cerradas, construido por los autores de esta investigación, de acuerdo con las informaciones de la literatura de referencia en el área de Psicología en Contextos Rurales. Los resultados presentados y las discusiones realizadas refieren a aspectos sociodemográficos, características del trabajo, evaluación sobre la formación y referentes teóricos de los profesionales de Psicología en zonas rurales. Generalmente, los dispositivos de trabajo mencionados por los profesionales se orientan hacia las áreas de la salud, asistencia social e investigación. Los territorios de actuación que se destacaron fueron los municipios de pequeño porte, comunidades rurales y áreas de agricultura familiar. Por su parte, las instituciones de inserción más señaladas por los participantes fueron los equipos de salud y las instituciones de enseñanza/aprendizaje. Respecto a la evaluación sobre la formación, más de la mitad de los profesionales indicaron no haber tenido ningún contacto con la temática durante la carrera de grado. A su vez, los marcos teóricos de referencia, la Psicología Social y la Psicología Comunitaria fueron las perspectivas más relevantes señaladas por los profesionales.

Palabras claves: Contextos Rurales. Psicología. América Latina. Actuación profesional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ESTUDO I – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA¹.....	12
2.1 INTRODUÇÃO	13
2.2 MÉTODO	15
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
2.5 REFERÊNCIAS	28
3. ESTUDO II – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM CONTEXTOS RURAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	35
3.1 INTRODUÇÃO	35
3.2 MÉTODO	35
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
3.4 CONCLUSÃO.....	41
3.5 REFERÊNCIAS	42
4. ESTUDO III: A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA AMÉRICA LATINA².....	45
4.1 INTRODUÇÃO	45
4.2 MÉTODO	46
4.3 RESULTADOS.....	48
4.4 DISCUSSÃO	54
4.7 REFERÊNCIAS	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
6. REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão acerca das relações entre Psicologia e contextos rurais é necessário voltar-se para o entendimento sobre o conceito de rural e a sua real compreensão. A definição de rural como aquilo que está fora do perímetro urbano é entendida como desatualizada e insuficiente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017), assim como a compreensão do meio rural como espaço de baixa densidade demográfica/dispersão populacional, que denota uma visão fatalista e distante (Abramovay, 2000).

No caminho contrário a essas perspectivas, o crescimento dos movimentos sociais de reforma agrária, e as ações das políticas públicas, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), impulsionam significativas mudanças na forma de pensar sobre o rural e as particularidades da vida no campo, uma vez que os agricultores familiares tornam-se reconhecidos como atores sociais que se opõe a agricultura latifundiária, valorizando novamente os ambientes rurais e esses sujeitos (Wanderley, 2000).

A partir disso, o mundo rural deve ser compreendido como um universo integrado ao conjunto social e ao contexto de suas relações internacionais, que possui particularidades históricas, culturais, sociais e ecológicas que caracterizam uma realidade específica. O entendimento dessa realidade se dá por meio do espaço rural como um todo e sua construção social, e ainda, a compreensão desse espaço enquanto um lugar de vida - considerando suas particularidades identitárias - e um lugar onde torna-se possível ver e entender o mundo - considerando a cidadania da população rural e a sua inserção social (Wanderley, 2001).

Dessa forma, são muitas as ruralidades que atravessam o continente latino-americano, as desigualdades sociais e regionais provenientes da estrutura fundiária da terra, os conflitos da questão agrária, as diversas formações culturais, formas de existência, modos de vida e sociabilidade, que refletem a particularidade de povos e comunidades latino-americanas, como apresentado no trabalho de Leite (2022). Nesse sentido, é indispensável destacar que a colonização e a escravidão colocam-se como marcas históricas da desigualdade do acesso a terra e do racismo estrutural, refletidos no avanço do agronegócio e da estrutura fundiária brasileira (Souza, 2021).

A aproximação do presente trabalho com os temas referentes às ruralidades e sua relação com a Psicologia parte de uma perspectiva e de um posicionamento de emancipação. Diante desse cenário, a Psicologia Comunitária e seus pressupostos teórico-metodológicos, como o comprometimento com a transformação social, o foco na valorização do saber local,

a compreensão e o conhecimento acerca do contexto histórico e social das populações, coloca-se como uma importante perspectiva para a atuação dos profissionais de Psicologia em contextos rurais (Moura *et al.*, 2019).

Partindo desse horizonte, foram realizados três estudos importantes para construção desse trabalho. O primeiro estudo trata-se de uma revisão sistemática sobre a produção acadêmica da Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe, com a análise de 72 estudos. Os resultados desse trabalho são apresentados e discutidos, apontando que há uma aproximação da Psicologia Comunitária com comunidades e populações marcadas por situações de desigualdade e opressão, uma pluralidade teórico-metodológica nos artigos analisados, a ausência de artigos que realizem um recorte de gênero específico e ainda uma pouca aproximação com territórios rurais em comparação aos territórios urbanos. A partir dessa primeira revisão sistemática, foi possível realizar um recorte para análise dos estudos que se concentraram em territórios rurais e/ou mistos. Esse recorte foi realizado para contribuir com a publicação do livro “Psicologia Rural: percursos, práticas e reflexões latino-americanas” (Calegare *et al.*, 2023). Por fim, apresenta-se o Estudo III, cujo objetivo principal foi realizar uma caracterização sobre o profissional de Psicologia que atue ou tenha atuado em contextos rurais e/ou municípios de pequeno porte no Brasil e em outros sete países da América Latina.

2. ESTUDO I – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA¹

RESUMO

A Psicologia Comunitária Latinoamericana é compreendida a partir da sua relação direta com a formação social, política e econômica do continente. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da produção acadêmica da Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe. A busca pelos descritores “Community Psychology”; “Community Social Psychology”; “Psicologia Comunitária” e “Psicologia Social Comunitária” foi feita nas bases de dados BVS, PubMed, PsycNET, Lilacs, Pepsic, IndexPsicPeriod e Scielo, nos idiomas Inglês, Espanhol e Português entre o período de 2012 a 2021. A amostra final reuniu 72 estudos que foram classificados de acordo com as categorias: dados descritivos; tipo de publicação; populações e comunidades; territórios; diversidade das perspectivas de atuação; e métodos e técnicas de investigação. Os resultados apontam que há uma aproximação da Psicologia Comunitária com comunidades e populações marcadas por situações de desigualdade e opressão, e ainda uma pluralidade teórico-metodológica nos artigos analisados. Observou-se também a pouca aproximação com territórios rurais em comparação aos territórios urbanos e a ausência de artigos que realizem um recorte de gênero específico. Por fim, destaca-se a importância de um maior número de estudos que partam de perspectivas participativas de investigação.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; América Latina; Revisão Sistemática de Literatura.

ABSTRACT

Latin American Community Psychology is understood from its direct relation with the social, political and economic formation of the continent. In this sense, the present study aimed at conducting a systematic review of the academic production on Community Psychology in Latin America and the Caribbean. The search for the descriptors "Community Psychology"; "Community Social Psychology"; "Psicologia Comunitária" and "Psicologia Social Comunitária" was made in the databases BVS, PubMed, PsycNET, Lilacs, Pepsic, IndexPsicPeriod and Scielo, in English, Spanish and Portuguese, from 2012 to 2021. The final sample brings together 72 studies which were classified according to the categories: descriptive data; type of publication; populations and communities; territories; diversity of perspectives of action; and research methods and techniques. The results show that there is an approximation of Community Psychology with communities and populations marked by situations of inequality and oppression, and also a theoretical and methodological plurality in the articles analyzed. It was also observed that there is not much approximation with rural territories in comparison to urban territories, and the absence of articles that make a specific gender approach. Finally, the importance of a greater number of studies based on participatory research perspectives is highlighted.

Keywords: Community Psychology; Latin American; Systematic Literature Review.

¹ Artigo submetido à Revista Interamericana de Psicologia.

2.1 INTRODUÇÃO

Para se tratar da Psicologia Comunitária (PC) na América Latina (AL) é preciso recorrer à sua história. História essa que é atravessada e está intimamente relacionada com a da formação social, política e econômica do continente, assim como pelas diferentes apropriações dessa realidade pela Psicologia e das respostas produzidas por essa área do conhecimento, enquanto campo de estudo e intervenção (Freitas, 2016).

A colonização, a exploração econômica e humana, a passagem por regimes ditatoriais e autoritários e a inserção dependente na ordem do capital, em relação aos países do Norte do globo, são algumas das cicatrizes históricas compartilhadas por boa parte dos países latino-americanos (Gois et al., 2015; Sousa & Macedo, 2019). Porém, mais do que cicatrizes fechadas e estanques, essas características presentes em sua formação são responsáveis pela América Latina ser, nas palavras de Eduardo Galeano (2010), “a região das veias abertas”. Isso pois, conforme apontam Cidade, Junior e Ximenes (2012), tem-se como decorrência desses processos que as condições de vida das maiorias populares no continente são profundamente marcadas pela pobreza - em uma perspectiva multidimensional -, por dificuldades no acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e educação, por expressões da violência social, entre outros.

Apesar da desigualdade social e de exclusão que marcam nossa região, é somente a partir de meados da década de 70 que uma preocupação significativa por parte da Psicologia com essas e outras “situações-limite” (Martin-Baró, 1990), vivenciadas por parcelas majoritárias da população na AL, ganham espaço no meio acadêmico. É nesse mesmo contexto, no interior da Psicologia Social (PS), em que se desenrola a sua chamada “Crise”, movimento de crítica à área - passível de ampliação para toda a Psicologia - por seu caráter individualizante, universalizante, a-histórico, descontextualizado e descompromissado com os problemas sociais concretos enfrentados cotidianamente pelas classes populares no continente, assim como pela insuficiência de suas teorias e métodos tradicionais para a compreensão e intervenção em tais contextos (Gois, 2005).

Assim, de acordo com Gonçalves e Portugal (2016), diferente de seu surgimento e desenvolvimento nos países do Norte, atrelado à expansão dos serviços de Saúde Mental de base comunitária, a PC na AL surge como resposta própria do campo da PS ao descompromisso da Psicologia com a mudança da realidade social da região. Essa é a razão pela qual, no contexto latino-americano, ela também possui a alcunha (simultaneamente científica e geográfica) de Psicologia Social Comunitária. Ademais, embora seu surgimento tenha sido atrelado ao campo da PS, o desenvolvimento da PC na AL também sofreu a influência de diversos outros autores, teorias e métodos de base latino-americana ou não, pertencentes ou não ao campo da PS, que contribuíram para a delimitação de seu campo conceitual e prático. A título de exemplo, são

aqui elencados, sem nenhuma pretensão de esgotamento de todas as influências da área, a Educação Libertadora do educador brasileiro Paulo Freire, a Psicologia da Libertação do psicólogo salvadorenho Ignacio Martin-Baró, a Pesquisa-Ação e a Dinâmica de Grupos do psicólogo alemão Kurt Lewin, a Investigação-Ação Participativa do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, a Psicologia Política e Comunitária da psicóloga venezuelana Maritza Montero, dentre outros.

Nesse sentido, a Psicologia Comunitária é definida, segundo Montero (1984), como um ramo da psicologia que estuda os fatores psicossociais que permitem desenvolver e fortalecer o controle e poder que os indivíduos têm condições de exercer sobre seus contextos, no sentido de solucionar problemas que os afligem e alcançar mudanças nos mesmo. Além disso, ela versa sobre formas específicas de relação entre as pessoas unidas por laços de identidade construídos em relações historicamente estabelecidas, que por sua vez constroem e delimitam o campo da comunidade.

A definição acima, apesar de não abarcar toda a pluralidade das concepções existentes de PC, suas diversas perspectivas teórico-metodológicas e as particularidades do seu desenvolvimento em cada país (Gonçalves, 2019), mostra-se como instrumental uma vez que destaca princípios e aspectos de pano de fundo comum daquilo que é hoje (re)conhecido como a Psicologia Comunitária latino-americana (Freitas, 2016). Alguns dos principais elementos que fundamentam a área é a sua concepção de homem como sujeito ativo, histórico e relacional (Montero, 2004; 2014), assim como um enfoque crítico e desconstrutor da realidade estabelecida, voltado para a conscientização (Freire, 2019; Martin-Baró, 1997) e o fortalecimento através do trabalho dialógico, horizontal e participativo com os sujeitos comunitários e seus saberes. Portanto, implica na devolução sistemática daquilo que foi produzido durante as pesquisas e intervenções e no compromisso ético-político do psicólogo, cujo papel é de atuar como “catalisador” de mudanças, direcionando suas ações para a transformação social e das condições de vida dos sujeitos e comunidades.

Diante do cenário exposto acima, compreende-se que a Psicologia Comunitária na América Latina constitui um campo do saber complexo, mas que possui importantes pressupostos teórico-metodológicos e um compromisso ético-político inerente às suas propostas de atuação, através das quais busca oferecer respostas contextualizadas aos problemas e necessidades psicossociais da realidade dos povos latino-americanos. Contudo, de acordo com Wiesenfeld (2014), ao realizar uma análise de revisões críticas da produção psicossocial comunitária latino-americana existentes até aquele momento, permanecem questionamentos acerca da correspondência entre a retórica discursiva da PC na AL e seus trabalhos e resultados práticos na resolução dos problemas sociais vivenciados pelas comunidades no continente.

Dessa maneira, o estudo e a compreensão dos trabalhos realizados na área na última

década se fazem necessários para refletir acerca do que tem sido produzido sob o nome da PC na AL hoje e ainda, como tais trabalhos se relacionam com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos propostos ao longo de seu desenvolvimento enquanto disciplina. É nesse sentido que o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática dos trabalhos produzidos pela Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe na última década, buscando explorar quais são as características da produção científica em Psicologia Comunitária na América Latina e Caribe atualmente.

2.2 MÉTODO

A revisão sistemática foi conduzida de acordo com os critérios estabelecidos pelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2020). Dessa forma, as buscas pelos descritores “Community Psychology”; “Community Social Psychology”; “Psicologia Comunitária” e “Psicologia Social Comunitária” foram realizadas em fevereiro de 2022 nas bases de dados BVS, INDEXPsicPeriod, PubMed, Scielo, PsycNET, LILACS e Pepsic. Tais bases de dados foram escolhidas pois são as principais para busca de artigos científicos no mundo, em especial o PubMed que se apresenta como principal base de dados internacionais, como aponta Falagas et al (2008). As demais bases foram incluídas por serem importantes no campo da psicologia e na região da América Latina. Como o objetivo principal deste trabalho é apresentar e discutir sobre o que tem sido produzido em Psicologia Comunitária na América Latina, o primeiro passo dos pesquisadores foi buscar pelos termos no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), todavia os mesmos não foram encontrados. Dado este impasse, a definição dos descritores ocorreu a partir da literatura de referência da área a fim de abarcar todas as publicações que têm como centralidade a utilização da Psicologia Comunitária.

Os artigos encontrados foram inseridos no Zotero, um software utilizado como gerenciador de referências, para facilitar o trabalho de pesquisadores. Os trabalhos duplicados foram retirados. A partir de então, foi realizada a leitura do título e do resumo dos artigos e os trabalhos foram submetidos aos critérios de inclusão: relatos de pesquisa ou relatos de experiência, que ocorreram nos países da América Latina e Caribe, publicados em Inglês, Espanhol e Português entre o período de 2012 a 2021. A escolha deste recorte de tempo (últimos 10 anos) para seleção dos artigos foi realizada para que os resultados obtidos neste trabalho concentrem-se no que existe de mais atual nas produções da área. A inclusão dos três idiomas foi definida para que seja possível abarcar o maior número possível de publicações. A escolha dos países remete ao objetivo principal deste trabalho, que se volta para o continente latinoamericano, uma vez que nessa região a Psicologia Comunitária possui particularidades de interesse para a pesquisa. Foram excluídos artigos teóricos, teses e dissertações.

Após essa primeira etapa, os artigos foram divididos igualmente entre os autores deste trabalho para que sejam lidos na íntegra e categorizados de acordo com categorias de análise, escolhidas e aprovadas previamente pelos pesquisadores da equipe, distribuídas em uma planilha no Microsoft Excel para organização das informações. Sendo essas categorias: ano de publicação; idioma; tipo de estudo (relato de experiência ou relato de pesquisa); país de origem da pesquisa; área principal da revista (Psicologia, Saúde, Educação, Ciências Humanas, Interdisciplinar); tipo de metodologia utilizada (qualitativa, quantitativa ou mista). Além dessas, os artigos também foram categorizados levando em consideração; área predominante do estudo (Social, Educacional, Saúde, Saúde Mental, Desenvolvimento Humano, Psicologia Organizacional/ do Trabalho); território da investigação (urbano, rural, misto); gênero da população estudada; se faz a utilização ou não de metodologias participativas; grupos e comunidades estudadas; técnicas de pesquisa/intervenção utilizadas; e marco teórico e metodológico do estudo.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados descritivos da revisão

No total, foram encontrados 1361 artigos, sendo possível aplicar os filtros referentes ao período de publicação dos últimos 10 anos (2012-2021) e idiomas (inglês, espanhol e português) em apenas algumas das bases (ver Tabela 1).

Tabela 1
Dados descritivos referente ao número de artigos encontrados para cada descritor.

Categoria		Frequência	
		“Community Psychology”	“Community Social Psychology”
Base de dados	BVS	392	46
	PubMed	350**	4***
	PsycNET	289**	0**
	Lilacs	87	36
	Pepsic	47***	15***
	IndexPsicPeriod	40	15
	Scielo	19**	21**

* Busca realizada sem o filtro de ano

** Busca realizada sem o filtro de idioma

*** Busca realizada sem o filtro de ano e idioma

Na Tabela 1 são apresentados os resultados encontrados nas buscas eletrônicas realizadas nas bases de dados. Após a retirada dos artigos duplicados, restaram 787 artigos que foram analisados segundo os critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente. Restando, a partir de então, 72 artigos classificados como elegíveis para realização das análises

descritivas.

Figura 1

Fluxograma PRISMA. Procedimentos de identificação e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática.

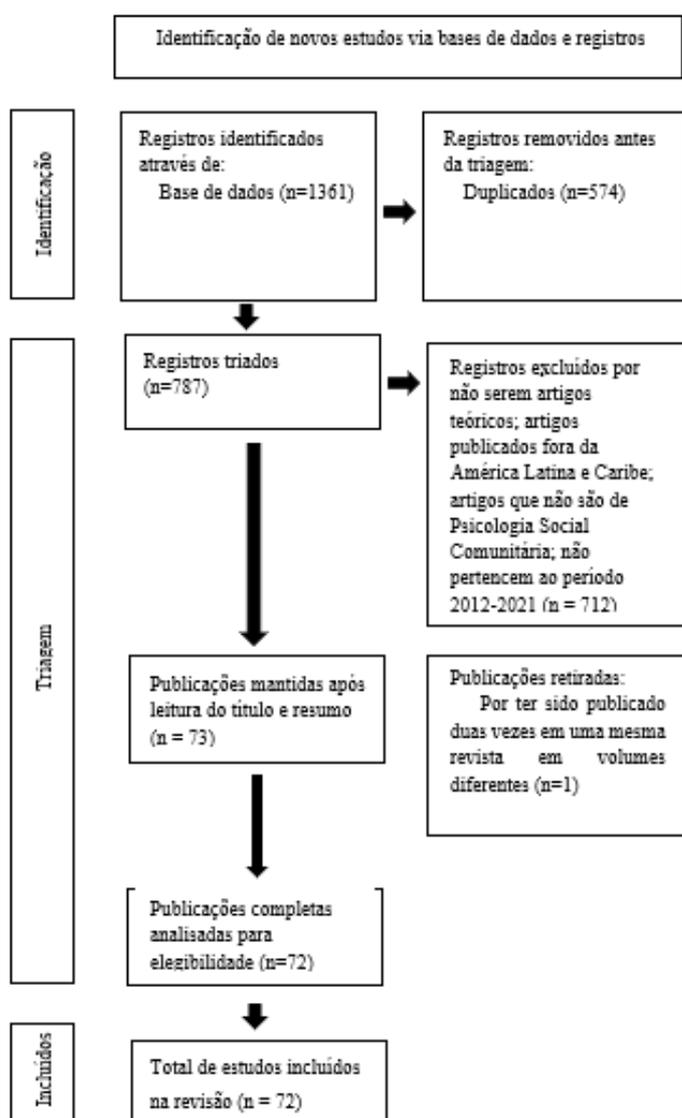


Figura 1

Fluxograma PRISMA. Procedimentos de identificação e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática

A partir de então, os artigos selecionados foram classificados de acordo com as categorias pré-estabelecidas (ver Tabela 2). Destaca-se o Brasil como o país com o maior número de publicações (62,5%) assim como o idioma mais frequente o Português (55,6%). A grande parte dos artigos selecionados trata-se de relatos de pesquisa (77,8%). A Psicologia

aparece como área principal das revistas em que estes trabalhos foram publicados (81,9%). O uso de metodologias qualitativas de investigação aparece em 80,6% dos artigos analisados (ver Tabela 2).

Tabela 2

Dados descritivos gerais dos artigos selecionados

Categoria		Frequência	Porcentagem
País	Brasil	45	62,5
	Chile	7	9,7
	México	3	4,2
	Colômbia	4	5,6
	Argentina	3	4,2
	Peru	3	4,2
	Multicêntrico*	2	2,8
	Paraguai	1	1,4
	Equador	1	1,4
	Uruguai	1	1,4
	Porto Rico	1	1,4
	Nicarágua	1	1,4
	Idioma	Português	40
Inglês		16	22,2
Espanhol		16	22,2
Tipo de publicação	Relato de Pesquisa	56	77,8
	Relato de Experiência	16	22,2
Área principal da revista	Psicologia	59	81,9
	Saúde	7	9,7
	Educação	2	2,8
	Interdisciplinar	2	2,8
	Ciências Humanas	2	2,8
Abordagem metodológica	Qualitativa	58	80,6
	Quantitativa	8	11,1
	Mista	6	8,3

* Pesquisas realizadas em mais de um país da América Latina

Em relação à distribuição de artigos publicados ao longo dos anos, de acordo com o período estabelecido (2012-2021), observa-se que no ano de 2015 há uma concentração de publicações que representa o maior número de trabalhos publicados (16 artigos). O ano de 2014 representa o menor número de publicações deste período (02 artigos). Observa-se ainda que nos últimos anos (2018-2021) houve uma tendência de diminuição no número de publicações (Figura 2).

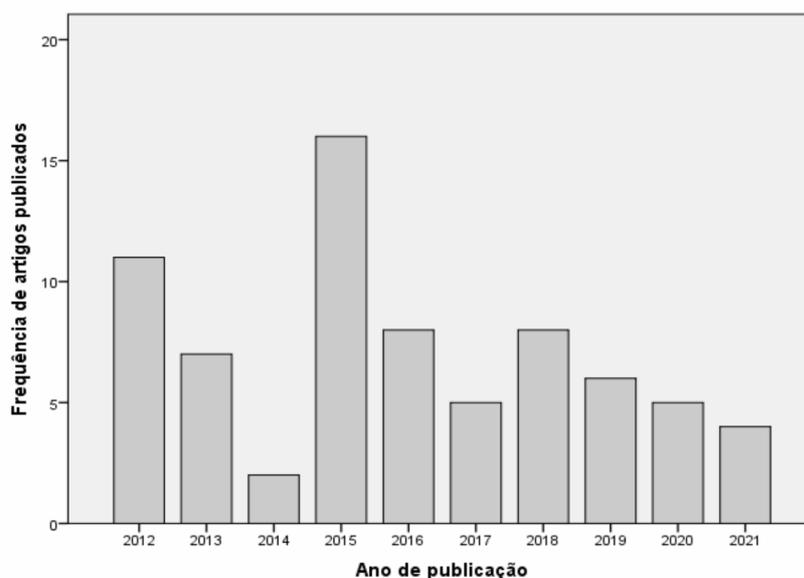


Figura 2

Número de artigos publicados por ano (n=72)

A Tabela 3 apresenta os resultados das análises categóricas realizadas, que estão divididos em Área predominante dos estudos, com destaque para a área Social (54,2%), seguida da área Educacional (18,1%), Saúde (15,3%), Saúde Mental (8,3%) e Organizacional/do Trabalho (4,2%). As metodologias participativas de investigação foram predominantes (51,4%). Além disso, a grande maioria das pesquisas ocorreu em territórios urbanos (80,6%) e com população investigada entre ambos os gêneros (90,3%).

Tabela 3

Análise categórica dos estudos selecionados (N=72)

Categoria		Frequência	Porcentagem
Área predominante do Estudo	Social	39	54,2
	Educacional	13	18,1
	Saúde	11	15,3
	Saúde Mental	6	8,3
	Organizacional/do Trabalho	3	4,2
Utilização de Metodologias Participativas	Sim	37	51,4
	Não	35	48,6
Território	Urbano	58	80,6
	Misto	7	9,7
	Rural	4	5,6
	Pesquisas online	3	4,2
Gênero da população estudada	Ambos os gêneros	65	90,3
	Feminino	5	6,9
	Masculino	2	2,8

2.3.1 TIPO DE PUBLICAÇÃO

Observou-se uma predominância de publicações sobre relatos de pesquisa (77,8%) em

comparação aos relatos de experiência (22,2%). Essa diferença pode ser atribuída ao fato de que os próprios periódicos em que as buscas desta revisão sistemática foram realizadas sejam mais focados na publicação de relatos de pesquisas e, possivelmente, a veiculação de relatos de experiência aconteça em outras fontes de publicação. De toda forma, a socialização de práticas entendidas como relatos de experiência através de publicações científicas permite que novos e diferentes atores tenham contato com os processos de construção dessas práticas e os tomem como inspiração para o desenvolvimento de novas ações em contextos diversos (Mussi et al., 2021).

Apesar deste cenário, ressaltar a importância da produção de relatos de experiência para o desenvolvimento das práticas em PC em direção aos seus objetivos na América Latina não implica desconsiderar a evidente relevância das temáticas investigadas e do conhecimento produzido nas pesquisas aqui reunidas. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária Latinoamericana desenvolve seu método partindo da indissociabilidade entre a produção de conhecimento e intervenção na realidade - através da noção de práxis (Montero, 2006). É evidente, portanto, o caráter criativo e desafiador do método de desenvolvimento de pesquisas-intervenções em PC, que devem ser construídas partindo das necessidades e possibilidades específicas de cada grupo ou contexto particular (Freitas, 1998; Montero, 2006).

2.3.2 POPULAÇÕES E COMUNIDADES

Com relação às populações e comunidades investigadas nos artigos analisados, destaca-se a grande heterogeneidade dos grupos com os quais as produções de PC têm se aproximado na AL. Foram observados trabalhos realizados junto de moradores de favelas, bairros e comunidade urbanas; moradores de comunidades rurais; diferentes atores (estudantes, pais/responsáveis e professores) presentes em contextos educacionais; trabalhadores das mais diversas especialidades (psicólogos, agentes comunitários de saúde, profissionais da saúde e assistência social em geral, policiais militares e extensionistas rurais); com pessoas em situação de rua; com população LGBTQIA+ (especialmente travestis e transexuais); com povos originários; com usuários de serviços de saúde e assistência social; e integrantes de movimentos sociais (como do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra [MST], de movimentos de economia solidária e de usuários da saúde mental).

Considerando as extensivas características que reúnem os sujeitos dentro dos grupos citados, as convergências e divergências na forma em que cada um dos grupos pode ser percebido, Montero (2004) ressalta a complexidade embutida no conceito de comunidade na compreensão da PC, uma vez que essa definição se construiu e se constrói com base em diferentes aspectos constitutivos e por diferentes autores ao longo do desenvolvimento da área. Segundo a autora, embora o território geográfico compartilhado tenha sido historicamente

ênfatisado e possua sua relevância, é o caráter relacional da comunidade o que essencialmente a define, assim como os processos psicossociais de pertencimento, participação, identificação e resistência historicamente compartilhados pelos seus membros. Essa perspectiva é também defendida, em maior ou menor grau, por outros autores em trabalhos críticos acerca do conceito de comunidade (Rocha, 2012; Svartman & Galeão-Silva, 2016), que ocupa um lugar central - de sujeito e objeto de investigação e ação - dentro do corpo teórico da PC (Sawaia, 1996).

Nesse sentido, pode-se compreender como os diferentes grupos estudados nos artigos incluídos na revisão são entendidos enquanto comunidades, a partir do compartilhamento de uma série de elementos comuns que, muitas das vezes, estão simultaneamente presentes e interrelacionados na determinação do campo comunitário. Por exemplo, o compartilhamento de um mesmo território ou lugar geográfico - como em comunidades rurais (Araújo & Calegare, 2018) e entre moradores de favelas (Coin-Carvalho & Ostronoff, 2014) -, de papéis e lugares sociais - usuários (Andrade & Veloso, 2016) e profissionais das políticas de saúde e assistência social (Parra, 2016)-, de vulnerabilidades, vivências e/ou lutas comuns - integrantes de movimentos sociais (Sousa & Bernardo, 2017) e pessoas em situação de rua (Alcântara et al., 2015)-, dentre outros elementos que, de acordo com Montero (2004), podem contribuir para a constituição de uma comunidade.

Além disso, a heterogeneidade de grupos e comunidades alcançados pelos trabalhos analisados assinala uma diversidade positiva dentre as populações com as quais a PC tem se aproximado na AL. Essa diversidade, no entanto, apresenta como denominador comum o fato da quase totalidade das populações investigadas enfrentarem cotidianamente situações que refletem, direta ou indiretamente, processos de dominação e opressão, sendo inseridas em relações de poder baseadas na desigualdade social - em suas mais variadas expressões, seja desigualdade étnico-racial, de classe, de território, etc. -, que se manifestam nos diversos níveis das relações sociais e que negam a tais sujeitos o direito de viverem em condições favoráveis para o exercício de sua autonomia e de suas diversas potencialidades existenciais. Assim, a realização dos estudos com tais grupos e comunidades é um dado que alude ao direcionamento ético-político da PC latino-americana de desvelar e tornar visíveis os processos sociais que determinam a manutenção das situações de desigualdade e injustiça que vivem amplos grupos populacionais latino-americanos, ao mesmo tempo em que busca conscientizar e fortalecer tais sujeitos para que possam enfrentar e transformar a sua realidade a partir da ação comunitária organizada e de sua capacidade de autogestão (Montero, 1994).

Por último, quanto ao gênero da população investigada, destaca-se a majoritária prevalência de trabalhos realizados sem nenhum tipo de recorte de gênero (90,3%). Dessa forma, indica-se aqui a necessidade de realização de mais estudos futuros com essa orientação pela PC na AL, levando em consideração a importância do marcador de gênero nos processos

de opressão e libertação vivenciados em território latino-americano (Federici & Valio, 2020).

2.3.4 TERRITÓRIOS

A classificação do território das investigações que compõem a amostra se dividiu entre as categorias: urbano; misto (pesquisas realizadas em territórios urbanos e rurais, ou pesquisas realizadas em território urbano com foco em populações atravessadas pelas ruralidades); rural e, por último, pesquisas realizadas de forma virtual/online.

Os resultados apontam que os territórios urbanos representam a grande maioria (80,6%) das investigações. Este dado pode ser atribuído ao fato de que na América Latina o desenvolvimento de uma Psicologia que se aproxime da questão rural se caracteriza como recente quando comparado a outras regiões do mundo, como Austrália, Estados Unidos e Canadá, países que possuem formações e departamentos específicos em Psicologia dedicados às questões rurais (Gonçalves et. al., 2015). Atrelado a isso, a própria formação de profissionais na área possui um direcionamento voltado para temas e populações urbanas, o que faz com que a grande maioria dos interesses de pesquisa sejam orientados para essa população (Landini, 2015; Silva & Macedo, 2017). A partir disso, com o objetivo de dar destaque aos trabalhos realizados em territórios mistos e rurais, evidenciando a aproximação da Psicologia com os mesmos, alguns aspectos desses trabalhos serão apresentados a seguir, uma vez que se apresentam como um universo de investigação possível e necessário.

As pesquisas realizadas em contextos categorizados como mistos representam 9,7% da amostra, e se tratam de trabalhos realizados nos países Colômbia (3 artigos), Brasil (2 artigos), Chile (1 artigo) e Peru (1 artigo). A exemplo do artigo de Araújo e Calegare (2018), que têm como território uma comunidade, que apesar de localizada na zona urbana da cidade de Manaus (AM), apresenta aspectos territoriais característicos de comunidades rurais (igarapés, mata virgem e ruas de barro); falta de infraestrutura, transporte, serviços básicos de saúde; e aspectos históricos que envolvem a luta da comunidade pela terra. Já a investigação Atallah et al. (2018) ocorrida no Chile, realiza entrevistas com membros da comunidade indígena Mapuche, que vivem tanto em áreas rurais e como em áreas urbanas, mas que possuem em comum o enfrentamento ao racismo estrutural, a luta por terras e conflitos sociais diversos.

Em ambos os trabalhos, nota-se que, como apontado por Gonçalves et. al. (2015), que o continente latino-americano apresenta diferentes formas de territorialização de seus povos, mas os processos sociais, a violência e a desigualdade social são aspectos que caracterizam as ruralidades próprias do continente. Dessa forma, a aproximação da Psicologia Comunitária Latino-americana é indicada na literatura como um processo ainda em construção, mas que possui norteadores para a realização de práticas coerentes e comprometidas com a transformação dessa realidade própria das populações rurais (Brandão & Bonfim, 1999;

Campos, 1999; Góis, 2005; Ieno Neto, 2007; Lane, 1994) que são, não só na América Latina, mas em todo mundo, as populações com níveis mais altos de pobreza (FAO, 2015).

Nesse sentido, dos trabalhos realizados em territórios propriamente rurais (4 artigos), situa-se, em primeiro momento, a publicação de Sousa e Bernardo (2017) que demonstra a necessidade de se debater sobre as representações sociais referentes ao assentamento rural de reforma agrária, tendo em vista que a compreensão do papel dos sujeitos que compõem este território de luta e resistência, afeta tanto as relações com aqueles que estão a seu entorno, quanto a compreensão de si mesmos. Já no estudo de Angnes e Ichikawa (2019), é possível observar que o público alvo da Feira Agroecológica (agricultores familiares), é levado a uma falsa noção de participação democrática por uma Organização Não-Governamental (ONG) responsável pelo projeto de formação deste espaço. Essa ONG, ao contrário do que se objetiva na idealização da feira, não cumpre com o papel de fomentar um espaço de articulação e de formação de agricultores e representantes de organizações sociais, evidenciando o descompromisso e a ausência de um trabalho realmente efetivo com estes trabalhadores atravessados por uma das formas de trabalho comum às populações rurais, a agricultura familiar.

Observa-se que apesar de distintos, ambos os trabalhos anteriormente citados possuem a interferência a partir da ótica do agente externo como ponto em comum. É notório que o protagonismo dos agentes de transformação social no que diz respeito às práticas de manutenção do território é negado, tanto na determinação da logística do trabalho vigente com mulheres assentadas (Sousa & Bernardo, 2017) como na denúncia da falsa participação democrática na organização da feira agroecológica (Angnes & Ichikawa, 2019). O estudo de Arellano et al. (2016) apresenta-se também como mais um exemplo do descaso do poder público com uma população que vive em estado de insegurança territorial. Em contrapartida, Moura Jr et al. (2020), partem da Psicometria para contribuir com uma maior robustez aos trabalhos da área e possibilitar novos métodos de intervenção.

Os estudos que aconteceram de maneira remota, através da aplicação de questionários virtuais/online, representam 4,2% da amostra (3 estudos). A escolha dessa modalidade de pesquisa a partir dos objetivos dos estudos citados anteriormente entende-se que a realização de pesquisas online permitiu um quantitativo amostral representativo para o desenvolvimento, formação e a caracterização de profissionais de psicologia, seja no envolvimento com extensionistas rurais (Landini, 2012, 2015) ou na aproximação com profissionais envolvidos com as diferentes organizações pautadas nos princípios da Economia Solidária (Baratieri & Beatriz, 2013).

2.3.5 PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E A DIVERSIDADE DAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

Pela própria história e princípios epistemológicos, a Psicologia Comunitária se aproxima de temas sociais e grupos vulnerabilizados. Nesse sentido, com o intuito de potencializar a discussão sobre a aproximação da disciplina para além da aproximação social, partiremos do marco teórico utilizado pelos autores para apresentar a seguir alguns aspectos relevantes sobre os trabalhos categorizados como pertencentes a algumas áreas específicas.

Dos artigos que fazem a interlocução entre os princípios da Psicologia Comunitária Latino-americana e área Organizacional/do Trabalho, destacam-se os trabalhos de Santos e Oliveira (2015) e o de Baratieri e Beatriz (2013) em que os autores articulam a Psicologia com a Economia Solidária. O relato de experiência trazido por Santos et al. (2015) é construído partindo dos pressupostos teóricos clássicos da Psicologia Comunitária na AL, através dos autores Montero (2004), Campos (2003) e Freitas (2005), unidos aos pressupostos da Psicologia do Trabalho de Veronese (2008) e Sampaio (1998). Já o relato de pesquisa de Baratieri e Beatriz (2013), uma vez que se trata da caracterização da inserção profissional do psicólogo na Economia Solidária, aprofunda sua análise com discussões teóricas importantes trazidas pelas referências Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007), Lima (2008) e Singer, (2002). Entende-se que a aproximação da Psicologia Comunitária com o campo da Economia Solidária configura-se como um rompimento aos métodos tradicionais da Psicologia Industrial, que marca a história da Psicologia como área destinada à prestação de serviços ligados ao interesse dos grandes empresários (Sampaio, 1998; Coutinho et al., 2005).

No sentido contrário ao que foi abordado nos artigos anteriormente citados, o trabalho de Stachiu e Tagliamento (2016), trata-se de uma intervenção realizada com alunos de uma instituição de ensino superior pautada nos princípios da área de coaching de carreira em grupo de Wolk (2010) e há uma tentativa de aproximação desta área com os princípios da Psicologia Comunitária de Montero (2004), Freitas (2007) e Góis (1993). Os autores discorrem sobre os temas Mercado de Trabalho e Carreira Profissional abordados nas sessões de Coaching realizadas com alunos de uma instituição de ensino superior. Observa-se, portanto, uma articulação teórico-epistemológica que tem sido criticada pela contradição entre a visão de social e comunidade de autores latino-americanos e a visão neoliberal que embasam as políticas educacionais de ensino superior no país (Guzzo, 2018).

Dos trabalhos que tem como central discussões e intervenções na área da Saúde Mental, Coelho et al. (2017) e Andrade e Veloso (2016) tratam-se de intervenções realizadas em dispositivos de saúde mental brasileiros, especificamente em dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), partindo dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Assim como o artigo de Tisera e Leale et al (2013), que trata-se da caracterização dos obstáculos enfrentados pelos

usuários em processo de alta de um hospital da Cidade de Buenos Aires, na Argentina, e aborda a desinstitucionalização e a reabilitação pela perspectiva dos autores Galende (2008) e Sarraceno (2003). Diante deste cenário, a participação social na construção, no fortalecimento e na implementação de políticas públicas de saúde é tida como um dos pressupostos da Psicologia Comunitária que pode contribuir com a área, uma vez que diante da burocratização comum aos serviços de saúde, os usuários por vezes são colocados em segundo plano e a Psicologia Comunitária se coloca como horizonte para contribuir na fomentação dessa participação mais sólida e coerente (Nepomuceno et al., 2013).

Essa perspectiva de participação abordada anteriormente também ganha espaço nos trabalhos de Carvalho et al. (2012) e Carvalho e Ximenes (2015), que localizam-se em um Movimento de Saúde Mental Comunitário e partem da perspectiva do fortalecimento abordada por Montero (2003). Nesse mesmo sentido, Atallah et al. (2018) parte da Teoria Crítica de Raça aplicadas a Saúde Pública (Ford & Airhihenbuwa, 2010) para examinar processos de resiliência dos indígenas pertencentes às comunidades Mapuche e explorar o impacto do racismo e das lutas decoloniais em curso no Chile.

2.3.6 MÉTODOS E TÉCNICAS

Dentre os artigos da revisão nos quais os autores identificaram explicitamente o marco metodológico de seus trabalhos, observou-se uma pluralidade de métodos adotados, semelhante ao que foi apontado quanto aos marcos teóricos dos estudos. De acordo com Montero (2006), a PC latino-americana se caracteriza como uma área multiparadigmática e multimetodológica, apesar de ter na Investigação-Ação Participativa (IAP), um modelo de referência para a práxis comunitária. Segundo a autora, a relevância da IAP para a PC na AL se deve ao fato de ser um método política e eticamente comprometido com a transformação das situações que busca conhecer, destacando a inseparabilidade entre teoria e prática e incluindo a participação dos sujeitos investigados como condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento socialmente relevante. Sendo assim, é um método coerente com as bases ontológicas, epistemológicas, éticas e políticas da PC na AL, sendo que seu próprio desenvolvimento histórico no continente se imbrica com o processo de desenvolvimento da área (Montero, 2006).

A IAP e outros métodos que compartilham de suas características, como a Pesquisa-Participante, a Pesquisa-Ação, a Educação Popular, o Método Dialógico-Vivencial e outros tipos de metodologias participativas estiveram presentes dentre os artigos analisados, sendo identificados em pouco mais da metade das publicações (54,1%). Esse dado indica que a utilização de metodologias de caráter participativo nos trabalhos de PC realizados em contexto latino-americano, embora expressiva, apresenta-se como relativamente pequena em função da compreensão da importância conferida à participação comunitária no âmbito da PC na AL,

meio - e fim em si mesmo - para a transformação dos sujeitos e da realidade em que vivem (Nepomuceno et al., 2013). Dentre as técnicas de caráter participativo utilizadas nos artigos analisados, estão os grupos - forma de atuação prioritária na PC (Pinheiro et al., 2012) -, oficinas, visitas domiciliares, diagnóstico participativo, mapeamento psicossocial participativo, cartografia social, rodas de conversa e círculos de cultura.

Destaca-se, além disso, a adoção de métodos distintos da IAP - e até mesmo de alguns métodos não compatíveis com sua concepção -, de maneira semelhante ao apontado por Wiesenfeld (2014) em sua análise acerca das produções em PC na AL. Os marcos metodológicos indicados pelos autores desses trabalhos foram, por exemplo, a Etnografia, o Plantão Comunitário, o Grupo-Dispositivo, o Grupos Operativos, a Teoria Fundamentada, a Metodologia Pós-Modernista, o Método Hermenêutico-Crítico/Hermenêutico-Dialético, a abordagem Idiográfica, a Psicometria, dentre outros. Dessa forma, é possível indagar se a variedade de métodos utilizados é a expressão de uma riqueza de perspectivas e formas de se fazer PC, ou se isso é evidência de uma possível inconsistência metodológica da área, considerando a dispersão de determinados métodos com relação aos princípios da IAP. O aprofundamento nessa discussão, no entanto, foge ao escopo do presente trabalho.

A diversidade metodológica presente nos artigos selecionados, entretanto, apresenta como ponto de convergência o fato de que grande maioria dos estudos (80,6%) possuíam natureza qualitativa, o que reforça o predomínio da investigação qualitativa na PC latino-americana, já apontado por Montero (2006). Para a autora, as metodologias qualitativas apresentariam algumas características que cabem ser destacadas: maior consonância com os pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos da PC, dado o seu caráter indutivo; a flexibilidade de seus desenhos de pesquisa; a interação propiciada entre os diferentes atores envolvidos, sua perspectiva holística dos fenômenos; a busca de sentido e compreensão dos mesmos dentro do marco de referência dos sujeitos investigados; a valorização da validade ecológica do conhecimento produzido; e a abertura para resultados não inicialmente previstos. Nos trabalhos aqui reunidos, isso também foi observado através do amplo uso de técnicas tradicionais desse tipo de investigação, como entrevistas e outras técnicas narrativas (como História de Vida e História Oral Temática), Grupos Focais, Observação-Participante e Diários de Campo.

Contudo, Montero (2006) indica que isso não se trata de um fator excludente da possibilidade de se combinarem métodos e técnicas quantitativas ao se trabalhar com comunidades a partir do referencial da PC, de forma a ampliar a visão acerca da realidade investigada. Dessa forma, denota-se a presença, ainda que pouco frequente, de artigos cuja metodologia apresenta natureza quantitativa (11,6%) ou mista (8,3%) na amostra da revisão.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente revisão sistemática foi apresentar as produções acadêmicas realizadas a partir da perspectiva da Psicologia Comunitária desenvolvida na América Latina, para que seja possível se debruçar sobre alguns dos aspectos que caracterizam as produções científicas que se voltam para o fortalecimento da Psicologia Comunitária em nossa região. A evidente pluralidade teórico-metodológica da área apresentada nos tópicos anteriores aponta para uma das características principais, que é tomada como pano de fundo em estudos que se comprometem com a contextualização e a mudança social: os graves problemas enfrentados pelo continente latino-americano não podem ser solucionados por uma única proposta teórica ou paradigmática (Sarriera, 2010).

Além disso, a aproximação da PC com diferentes contextos e populações na AL, que constituem uma diversidade de comunidades e de situações de desigualdade e opressão enfrentadas, representa uma continuidade e ampliação dos objetivos primeiros (e últimos) da área, ao se alinhar junto aos oprimidos e aos processos de luta e libertação no continente latino-americano. É nesse sentido que as aproximações com novas perspectivas de atuação, como por exemplo, a articulação com a Economia Solidária, são entendidas como avanços pertinentes aos princípios da PC latino-americana, como apontado por Cunha e Leite (2021) que refletem sobre as possíveis contribuições entre as áreas.

Destaca-se, por fim, a pouca aproximação com territórios rurais em comparação aos territórios urbanos e a ausência de artigos que realizem um recorte de gênero específico como possíveis limitações apresentadas pela área nos artigos analisados. Indica-se, portanto, a importância de um maior número de estudos que partam dessas perspectivas, considerando uma melhor compreensão da realidade do continente e, conseqüentemente, das possibilidades de ação e de mudança. A utilização de metodologias participativas, que se apresenta como uma característica marcante da PC na AL, pode contribuir para a concretização de tal fim, sendo assim um importante aspecto a ser continuamente enfocado em trabalhos futuros.

2.5 REFERÊNCIAS

- Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>
- Andrade, L. A., & Veloso, T. M. G. (2016). Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da Educação Popular. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 79–87. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Andrade%2C%20Vel%C3%B4so
- Angnes, J. S., & Ichikawa, E. Y. (2019). Feira agroecológica de Francisco Beltrão (Paraná): um projeto de participação sob o enfoque da psicologia social comunitária na perspectiva latino-americana?. *Organizações & Sociedade*. 26(91). <https://doi.org/10.1590/1984-9260913>.
- Araújo, K. B., & Calegare, M. G. A. (2018). Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 537–550. <https://doi.org/10.1590/1982-37030002292017>
- Arellano, R., Fabricio, E. B., Alvarado, F., & Suárez, S. (2016). A Participatory Action Research Intervention in a Rural Community of Mexico Concerns Report Method. *Universitas Psychologica*, 15(2), 409-419. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy15-2.pari>
- Atallah, D. G., Painemal, C. C., Albornoz, L., Salgado, F., & Lizama, E. P. (2018). Engaging critical community resilience praxis: A qualitative study with Mapuche communities in Chile facing structural racism and disasters. *Journal of Community Psychology*, 46(5), 575–597. <https://doi.org/10.1002/jcop.21960>
- Baratieri, I. L. R., & Beatriz, M. Z. (2013). Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(1), 71-86.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100007&lng=pt&tlng=pt.

- Brandão, I. R., & Bonfim, Z. A. C. (1999). *Os jardins da Psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico vivencial*. Amazon Books.
- Campos, R. H. F. (1999). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (3ª ed.). Vozes.
- Campos, R. H. F. (2003). Introdução: a psicologia social comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (9ª ed., pp. 9-16). Vozes.
- Carvalho, M. A. A. S., & Ximenes, V. M. (2015). Evaluation of practices in mental health care in the Brazilian Northeast. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 44(1), 40–50. <https://doi.org/10.1080/10852352.2016.1102587>
- Carvalho, M. A. A. S., Ximenes, V. M., & Bosi, M. L. M. (2012). Processos de fortalecimento em um Movimento Comunitário de Saúde Mental no Nordeste do Brasil: novos espaços para a loucura. *Aletheia*, 37, 162-176. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n37/n37a12.pdf>
- Cidade, E. C., Junior, J. F. M., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino- americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18424>
- Coelho, R. S., Veloso, T. M. G., & Barros, S. M. M. (2017). Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 489-499. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002612015>.
- Coin-Carvalho, J. E., & Ostronoff, V. H. (2014). Cuidado e transformação social: avaliação da implantação do plantão comunitário no Complexo da Funerária. *Estudos De Psicologia*, 19(2), 138–144. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200006>
- Cunha, E. V., & Leite, M. L. S. (2021). Psicologia Social Comunitária e Economia Solidária no Brasil: diálogos conceituais. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(2), 151-173. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n2p151>

- Falagas, M. E., Pitsouni, E. I., Malietzis, G. A., & Pappas, G. (2008). Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google Scholar: strengths and weaknesses. *FASEB journal : official publication of the Federation of American Societies for Experimental Biology*, 22(2), 338–342. <https://doi.org/10.1096/fj.07-9492LSF>
- Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 28(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO (2015). *The State of food and agriculture 2015*. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. FAO.
- Ford, C. L., & Airhihenbuwa, C. O. (2010). The public health critical race methodology: Praxis for antiracism research. *Social Science & Medicine*, 71, 1390–1398.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido* (84ª ed.). Paz & Terra.
- Freitas, M. F. Q. (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologia Social da Libertação e Comunitária. *Psico*, 36(1), 47-54.
- Freitas, M. F. Q. (2007). Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. *Educar*, 1(29),47-62.
- Freitas, M. F. Q. (2016). Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6 (1), 131-163. <http://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia>
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina*. L&M Pocket.
- Galende, E. (2008). *Psicofármacos y Salud Mental*. Lugar Editorial.
- Góis, C. W. L. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Edições UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42535>
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: Atividade e consciência*. Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42537>
- Gois, N. A., Ximenes, V. M., & Junior, J. F. M. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y*

Crítica de la Psicología, 6, 140-161.
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19629>

- Gonçalves, B. S., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A. & Monteiro, R. C. (2015) Construyendo un Abordaje Psicosocial de la Ruralidad desde América Latina: Contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural. In Berenblum, A & Batista, S. (Eds.) *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 11(14), 6-16.
- Gonçalves, M. A. (2019). *Psicologia favelada: Ensaio sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia*. Mórula editorial.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562–571. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>
- Guzzo, R. S. L (2018) Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em Psicologia. *Educar em Revista*, 34(71), 143-156. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62651>
- Ieno Neto, G., (2007). A reforma agrária como alternativa à violência. In M. Grandesso, & M. R. Barreto (Orgs), *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (pp. 47-54). Casa do Psicólogo.
- Landini, F. (2015). Contributions of Community Psychology to Rural Advisory Services: An Analysis of Latin American Rural Extensionists' Point of View. *Am J Community Psychol*, 55, 359–368. <https://doi.org/10.1007/s10464-015-9712-4>
- Lane, S. T. M. (1994). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Org.), *Psicologia social: o homem em movimento* (14a ed., pp. 10-19). Brasiliense.
- Martin-Baró, I. (1990). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra: trauma y terapia* (pp.65-84). UCA Editores.
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

- Ministério do Trabalho e Emprego (2007). *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social: Economia Solidária, Outra Economia Acontece*. Secretaria Nacional de Economia Solidária. <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>
- Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3),387-400.
- Montero, M. (2003). *Teoría e práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Paidós
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método en la psicología comunitaria*. Paidós.
- Montero, M. (2014). Construcción desconstrucción y crítica psicología social comunitaria en América Latina. In: Campos, R. H. F. & Guareschi, P. A. (orgs.), *Paradigmas em psicología social: a perspectiva latino-americana* (6ª ed.). Vozes.
- Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Ramos, T. O., Silva, A. M. S., & Ximenes, V. M. (2020). Validação do Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 91-101. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200009>
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Moreira, A. E. M. M., & Nepomuceno, B. B. (2013). Participação social em saúde: contribuições da psicologia comunitária. *Psico*, 44(1), 45-54. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18400>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ (Clinical research ed.)*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parra, M. A. (2016). Articulación entre el trabajo clínico y la perspectiva comunitaria: un desafío actual para la salud mental en el contexto de la atención primaria de la

salud. *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, 34(1), 30-37.
<https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v34n1a04>

Pinheiro, F. P. H. A., Barros, J. P. P., & Colaço, V. F. R. (2012). Psicologia Comunitária e Técnicas para o Trabalho com Grupos: Contribuições a Partir da Teoria Histórico-Cultural. *Psico*, 43(2), 193-199.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/11696/8042/43045>

Rocha, T. G. (2012). Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 3(4).
<https://www.gjcpp.org/pdfs/2012-Lisboa-063.pdf>

Sampaio, J. R. (1998). Psicologia do trabalho em três faces. In I. B. Goulart (Org.), *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos* (pp. 19-40). Casa do Psicólogo.

Santos, J. C. & Oliveira, B. A. M. (2015). Possibilidades para a Psicologia na Economia Solidária: Atuação Numa ITCP. *Psicologia & Sociedade*, 27(2).
<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372>

Sarraceno, B. (2003). *La liberación de los pacientes psiquiátricos*. Pax.

Sarriera, J. C., & Saforcada, E. T. (2010). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Sulina.

Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campo, R. H. F. (org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia* (13ª ed.). Vozes.

Silva, K. de B. & Macedo, J. P. (2017). Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. Perseu Abramo.

Sousa, A. P., & Macedo, J. P. (2019). População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>

Sousa, C. C., & Bernardo, M. H. (2017). Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 453-465.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200015&lng=pt&tlng=pt.

Svartman, B. P. & Galeão-Silva, L. G. (2016). Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331-349. <https://doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51980>

Tisera, A., Leale, H., Lohihorry, J., Pekaren, A. L., & Joskowics, A. (2013). Salud Mental y Desinstitucionalización: Resistencias y Obstáculos en los Procesos de Externación em un Hospital Monovalente de la Zona Sur de la Ciudad de Buenos Aires. *Anuario de Investigaciones*, 20, 251-258.

Veronese, M. V. (2008). *Psicologia social e economia solidária*. Ideias & Letras.

Wiesenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en América latina: ¿Consolidación o crisis?. *Psicoperspectivas*, 13(2), 6-18. https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://www.scielo.cl/scielo.php%3Fpid%3DS0718-69242014000200002%26script%3Dsci_arttext&hl=pt-BR&sa=X&ei=MKZaZPS6Oq6I6rQP2JOqsAE&scisig=AGlGAw9l3XooWbYGyq2HSprauNxX&oi=scholarr

Wolk, L. (2010). *Coaching: A arte de soprar brasas em ação*. Qualitymark.

3. ESTUDO II – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM CONTEXTOS RURAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

3.1 INTRODUÇÃO

Os contextos rurais latino-americanos são marcados por problemas sociais que atravessam o continente como, por exemplo, a violência e a desigualdade social comuns entre toda a população rural (Gonçalves et al., 2016). Tais problemas são consequências de um modelo de sociedade que é marcado pela exploração, pela opressão e por um sistema econômico que tem como base o lucro e o esgotamento de recursos naturais, o que coloca para a América Latina um enorme desafio em relação às populações rurais (Ronzani et al., 2019).

Em decorrência dessas problemáticas que afligem os contextos rurais latino-americanos e em conjunção com elas, Dantas et al. (2018) apontam a existência de particularidades em relação às necessidades e características presentes nesses territórios, as quais revelam um cenário preocupante e desafiador para a Psicologia. Segundo os autores, a formação profissional e os referenciais teórico-metodológicos tradicionais da Psicologia se apresentam como insuficientes para a apreensão das especificidades do mundo rural, pois são historicamente voltados para a atuação do psicólogo em contextos urbanos.

É nesse sentido que a Psicologia Comunitária Latino-americana, que possui como características fundamentais o trabalho com fenômenos psicossociais produzidos pela relação com o território, a noção de práxis e a consideração das diversidades dos contextos sociais e a relatividade das culturas (Montero, 2004), se apresenta na literatura como norteadora para realização de intervenções coerentes com a realidade da população rural e comprometidas com a transformação da mesma (Ronzani et al., 2019).

Diante deste breve cenário, o presente trabalho objetivou realizar uma revisão sistemática da literatura científica sobre os trabalhos produzidos pela Psicologia Comunitária em contextos rurais nos países da América Latina e Caribe.

3.2 MÉTODO

A revisão sistemática foi conduzida de acordo com os critérios estabelecidos pelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2021). As buscas pelos descritores “Community Psychology” e, em seguida, “Community Social Psychology” foram realizadas em fevereiro de 2022 nas bases de dados BVS, INDEXPsicPeriod, PubMed, Scielo, PsycNET, LILACS e Pepsic. A definição dos

descritores ocorreu a partir da literatura de referência da área, uma vez que os mesmos não foram encontrados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Após a retirada dos trabalhos duplicados, foi realizada a leitura do título e do resumo dos artigos encontrados e os mesmos foram submetidos aos critérios de inclusão: relatos de pesquisa ou relatos de experiência, que ocorreram nos países da América Latina e Caribe, publicados em Inglês, Espanhol e Português entre o período de 2012 a 2021. Foram excluídos às publicações que não fossem de Psicologia Comunitária a partir da definição:

Ramo da psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos têm condições de exercer sobre seu ambiente e social, para solucionar problemas que os afligem e conseguir mudanças nesses individual ambientes e na estrutura social [...] versa sobre formas específicas de relação entre as pessoas unidas por laços de identidade construídos em relações historicamente estabelecidas, que por sua vez constroem e delimitam um campo: a comunidade (Montero, 1984, p. 387-400).

A partir disso, os artigos foram lidos na íntegra e foram selecionados aqueles que tiveram como foco territórios rurais e/ou mistos, restando para as análises descritivas um quantitativo final de 13 trabalhos.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1 DADOS DESCRITIVOS DA REVISÃO

No total, foram encontrados 1361 artigos, sendo possível aplicar os filtros referentes ao período de publicação dos últimos 10 anos (2012-2021) e idiomas (inglês, espanhol e português) em apenas algumas das bases (ver Tabela 1).

Tabela 1

Dados descritivos referente ao número de artigos encontrados para cada descritor

Categoria		Frequência	
		“Community Psychology”	“Community Social Psychology”
Base de dados	BVS	392	46
	PubMed	350**	4***
	PsycNET	289**	0**
	Lilacs	87	36
	Pepsic	47***	15***
	IndexPsicPeriod	40	15
	Scielo	19**	21**

* Busca realizada sem o filtro de ano

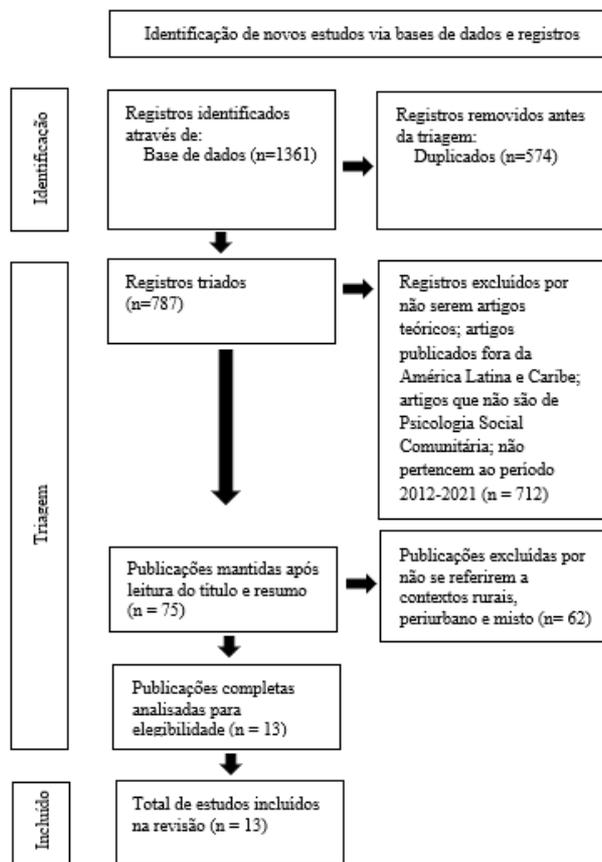
** Busca realizada sem o filtro de idioma

*** Busca realizada sem o filtro de ano e idioma

Na Tabela 1 são apresentados os resultados encontrados nas buscas eletrônicas realizadas nas bases de dados. Após a retirada dos artigos duplicados, restaram 787 artigos que foram analisados segundo os critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente. Restando, a partir de então, 13 artigos classificados como elegíveis para realização das análises descritivas.

Figura 1

Fluxograma PRISMA. Procedimentos de identificação e seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática.



A partir de então, os artigos selecionados foram classificados de acordo com as categorias pré-estabelecidas (ver tabela 2). Destaca-se o Brasil como o país com o maior número de publicações (38,5%), seguido pela Colômbia (23,1%). O idioma mais frequente foi o Inglês (53,8%). Todos os artigos selecionados tratam-se de relatos de pesquisa e a Psicologia aparece como área principal das revistas em que estes trabalhos foram publicados (84,6%). O uso de abordagens qualitativas de aparecem em 69,2% dos artigos analisados (ver Tabela 2).

Tabela 2*Dados descritivos gerais dos artigos selecionados*

Categoria		Frequência	Porcentagem
País	Brasil	5	38,5
	Colômbia	3	23,1
	Chile	1	7,7
	Argentina	1	7,7
	México	1	7,7
	Multicêntrico*	1	7,7
	Peru	1	7,7
Idioma	Inglês	7	53,8
	Português	4	30,8
	Espanhol	2	15,4
Tipo de publicação	Relato de Pesquisa	13	100
Área principal da Revista	Psicologia	11	84,6
	Interdisciplinar	1	7,7
	Saúde	1	7,7
Abordagem metodológica	Qualitativa	9	69,2
	Quantitativa	3	4,2
	Mista	1	1,4

* Pesquisas realizadas em mais de um país da América Latina

Em relação à distribuição de artigos publicados ao longo dos anos, de acordo com o período estabelecido (2012-2021), observa-se que o ano de 2015 representa o maior número de publicações deste período (03 artigos) (Figura 2).

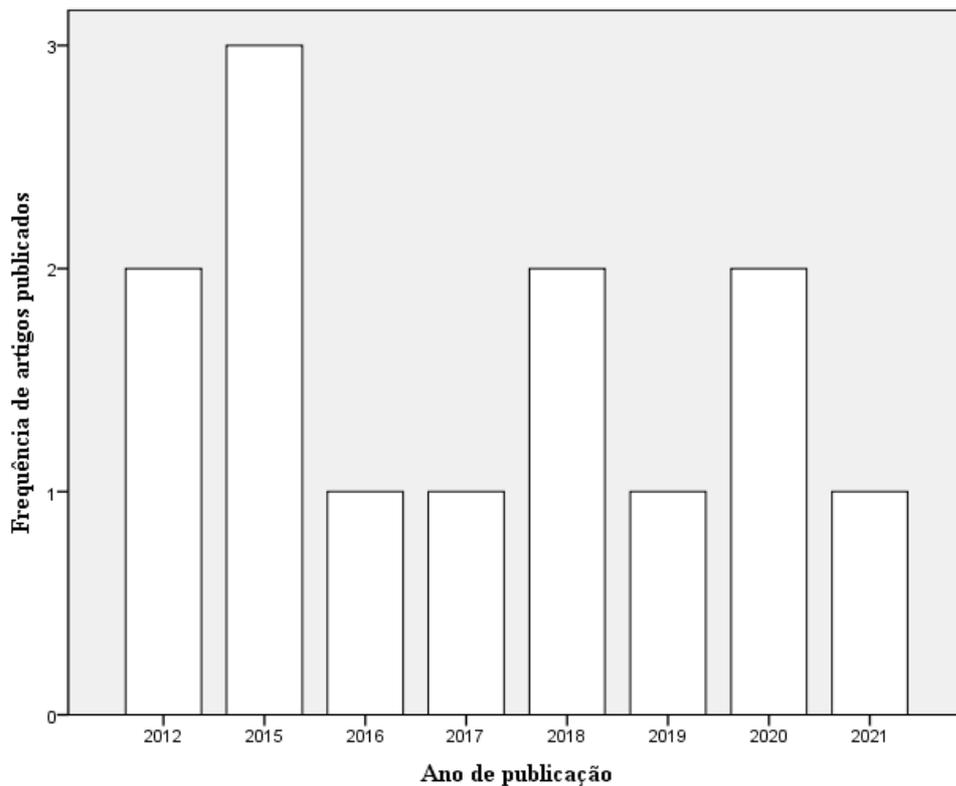


Figura 2
Número de artigos publicados por ano ($n=13$)

A Tabela 3 apresenta os resultados das análises categóricas realizadas, que estão divididos em Área predominante dos estudos, à destaque para a área Social que representa 84,6% dos trabalhos, seguida dos trabalhos realizados na área Educacional, 7,7% das publicações, e de Saúde Mental, 7,7% das publicações. Além disso, a grande maioria das pesquisas se dividiu entre territórios mistos (46,2%) e rural (38,5%).

Tabela 3
Análise categórica dos estudos selecionados ($N=13$)

Categoria		Frequência	Porcentagem
Área predominante do Estudo	Social	11	84,6
	Educacional	1	7,7
	Saúde Mental	1	7,7
Utilização de Metodologias Participativas	Sim	8	61,5
	Não	5	38,5
Território	Misto	6	46,2
	Rural	5	38,5
Gênero da população	Pesquisas online	2	15,4
	Ambos os gêneros	12	92,3

Estudada	Feminino	1	7,7
----------	----------	---	-----

3.3.2 ÁREA PRINCIPAL DOS TRABALHOS E MARCO TEÓRICO

O marco teórico utilizado para a elaboração da maioria dos trabalhos da área social localiza-se em autores que partem da Psicologia Crítica, como por exemplo Maritza Montero, Ignacio Martín-Baró, Maria de Fátima Quintal de Freitas e Cezar Wagner de Lima Góis. Destaque para o trabalho de Escobar (2021), que destoa da área anteriormente citada, uma vez que parte de uma perspectiva de “solidariedade espiritual”.

No que se refere à área educacional (1,4%), Trigos-Carrillo et al (2020) partem de uma perspectiva de humildade cultural. Já para o trabalho com foco em saúde mental, Atallah (2018) parte de uma práxis crítica de resiliência comunitária e da teoria crítica de raça aplicada à saúde pública.

3.3.4 TÉCNICAS UTILIZADAS E METODOLOGIA

A utilização de metodologias participativas aparece em 61,5% dos artigos analisados e entre as técnicas utilizadas destacam-se as entrevistas e a observação participante. Destaque para os trabalhos de Araújo e Calegare (2018), Sousa e Bernardo (2017), Angnes e Ichikawa (2019) que utilizam dessas duas técnicas de investigação. Existiram ainda artigos que utilizaram grupos focais como metodologia de investigação. As investigações que não utilizaram metodologias participativas representam 38,5% da amostra e fizeram o uso de entrevistas e questionários.

3.3.5 GRUPOS INVESTIGADOS

O público alvo das investigações e os recortes específicos das realidades rurais apresenta certa heterogeneidade dentro da amostra de artigos selecionada. Esse quadro é coerente com a marcante diversidade de grupos sociais presentes em contextos rurais apontado por Dantas et al. (2018), ao discutir a necessidade de reconhecimento das diferentes condições de vida e trabalho, de sociabilidade e organização social, assim como dos modos de subjetivação existentes nesses territórios que, além de físicos, são sociais e simbólicos.

Nesse sentido, existe um recorte de gênero nos artigos de Parra et al. (2012) e de Espinoza et al. (2018). Ainda que o trabalho de Parra et al. (2012) seja o único com uma amostra composta unicamente por um gênero específico, a saber, meninas adolescentes de contextos rurais que faziam parte de um grupo armado na Colômbia, a intervenção realizada por Espinoza et al. (2018) - na qual participaram tanto mulheres quanto homens - teve como objetivo

fomentar a participação das mulheres na tomada de decisões em nível comunitário em três distritos rurais em contexto de pós-conflito no Peru.

Alguns artigos tiveram como público alvo categorias específicas de trabalhadores e profissões relacionadas aos contextos rurais, como por exemplo, extensionistas rurais (Landini, 2012; 2015), agricultores/feirantes e organizadores de uma feira agroecológica (Angnes & Ichikawa, 2019) e estudantes de graduação em Psicologia (Trigos-Carrilo et al., 2020).

É válido ressaltar ainda que boa parte dos grupos e contextos investigados nos artigos aqui reunidos são compreendidos pelos autores dos estudos a partir do prisma da vulnerabilidade social - e de seu enfrentamento -, sejam comunidades rurais em situação de pobreza (Ximenes et al., 2015; Moura Jr. et al., 2020) e de pós-conflito armado (Parra et al., 2012; Espinoza et al., 2018; Trigos-Carrilo et al., 2020), sobreviventes da violência estatal (Escobar, 2021), comunidades originárias (Atallah et al., 2018) e, como já citado, mulheres que vivem em contextos rurais. Por fim, os movimentos sociais do campo também tiveram representatividade dentre os artigos desta revisão, através do trabalho de Sousa e Bernardo (2017) em um assentamento de Reforma Agrária em Araras (SP).

3.4 CONCLUSÃO

A partir do exposto, é possível inferir que houve uma relativa diversidade de grupos estudados, uma vez que trataram-se de diferentes populações que são atravessadas pelas ruralidades e por suas características. A vulnerabilidade social, por exemplo, aparece como foco em alguns dos artigos, e como apresentado na introdução deste trabalho, a literatura aponta a necessidade da Psicologia Comunitária na América Latina se aproximar deste tema e de contextos marcados por essas vulnerabilidades. Além disso, as intervenções realizadas obtiveram resultados que apontam para o fortalecimento dos laços comunitários, processos de organização coletiva, contribuições na construção de políticas públicas, assim como a valorização dos conhecimentos e das práticas culturais dos sujeitos como aspectos a serem promovidos para um melhor enfrentamento dessas condições.

É válido ressaltar ainda que a citação de autores que partem de uma Psicologia Crítica entre os marco teóricos trazidos pelos pesquisadores na realização das investigações, é entendida no presente trabalho como um posicionamento coerente para a atuação dos psicólogos em contextos rurais, e ainda, um comprometimento com a fundamentação teórica latinoamericana. De maneira geral, considera-se necessário que novas discussões e reflexões acerca da produção acadêmica em torno das ruralidades e suas especificidades sejam produzidas, com o intuito de aproximar e aperfeiçoar o conhecimento e as intervenções

realizadas.

3.5 REFERÊNCIAS

- Angnes, J. S., e Ichikawa, E. Y. (2019) Feira agroecológica de Francisco Beltrão (Paraná): um projeto de participação sob o enfoque da psicologia social comunitária na perspectiva latino-americana?. *Organizações & Sociedade*, 26(91), 665-690. <https://doi.org/10.1590/1984-9260913>
- Araújo, K. B., & Calegare, M. G. A. (2018). Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 537-550. <https://doi.org/10.1590/1982-37030002292017>
- Arellano, R., Balcázar, F.E., Alvarado, F., & Suárez, S. (2016). A Participatory Action Research Intervention in a Rural Community of Mexico. *Universitas Psychologica*, 15(2). doi: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.upsy15-2.pari>
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>
- Escobar, J. (2021). The role of memory practices in building spiritual solidarity for survivors of state violence. *American Journal of Community Psychology*, 69(3), 403-414. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12570>
- Espinoza, E. C., Rivera-Holguín, M., Pacheco, M. S., Sotelo, E. A., & Béjar, P. U. (2015). Women's Participation in a Postconflict Community in Peru. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 43(4), 279–290. <https://doi:10.1080/10852352.2014.973298>
- Gonçalves, B. S., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A. & Monteiro, R. C. (2015) Construindo un Abordaje Psicosocial de la Ruralidad desde América Latina: Contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural. In

Berenblum, A & Batista, S. (Eds.), *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 11(14), 6-16.

- Landini, F. (2015). Contributions of Community Psychology to Rural Advisory Services: An Analysis of Latin American Rural Extensionists' Point of View. *American Journal of Community Psychology*, 55(3-4), 359–368. <https://doi.org/10.1007/s10464-015-9712-4>
- Landini, F. P. (2012). Expectativas de los agentes de desarrollo rural argentinos sobre la psicología y sobre la inserción profesional de los psicólogos en el ámbito de la extensión rural. *Interdisciplinaria Revista de Psicología y Ciencias Afines*, 29(2), 359–377. <https://doi.org/10.16888/interd.2012.29.2.10>
- Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.
- Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Ramos, T. O., Silva, A. M. S., & Ximenes, V. M. (2020). Validação do Índice Breve de Sentido de Comunidade para contextos rurais em situação de pobreza no Brasil. *Estudos de Psicologia* (Natal), 25(1), 91-101. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20200009>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* (Clinical research ed.), 372, 71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parra, J. A. C., Martín, F. M., & Hoyos, J. F. T. (2012). Child Soldiers in Colombia: Five Views. *Universitas Psychologica*, 11 (3), 755-768.
- Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Pável, C. & Leite. J. F. (2019). Contextos rurais e Psicologia Comunitária: um encontro possível e necessário. In. Carvalho-Freitas, M. N., Freitas, L. C. & Pollo, T. C. (Org.), *Instituições, saúde e sociedade: contribuições da Psicologia* (pp. 59-79). EdUEMG.

- Sousa, C. C., & Bernardo, M. H. (2017). Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 453-465. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200015&lng=pt&tlng=pt
- Trigos-Carrillo, L., Fonseca, L., & Reinoso, N. (2020). Social Impact of a Transformative Service-Learning Experience in a Post-conflict Setting. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi:10.3389/fpsyg.2020.00047>
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., & Nepomuceno, B. B. (2016). Psicología Comunitaria y expresiones psicosociales de la pobreza: contribuciones para la intervención en políticas públicas. *Universitas Psychologica*, 14(4), 1411. <https://doi:10.11144/javeriana.up14-4.pcep>

4. ESTUDO III: A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS RURAIS NA AMÉRICA LATINA²

4.1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a atuação dos profissionais de psicologia é voltada para contextos urbanos. Habitantes de cidades com características predominantemente urbanas, onde há a circulação do grande capital e polos de desenvolvimento industrial, foram e ainda são, em sua grande maioria, os alvos principais de intervenções dos profissionais da área (Leite, Macedo, Dimenstein, & Dantas, 2013). Apesar desse cenário histórico da Psicologia enquanto ciência e profissão, existe uma intensificação do debate acerca da aproximação da Psicologia latino-americana com os contextos rurais e suas especificidades.

Algumas publicações apresentam-se como importantes marcos do desenvolvimento das práticas que refletem essa aproximação. Entre esses trabalhos, cabe destacar *Psicología en Ambiente Rural* (Quintanar, 2009) que aborda as experiências mexicanas que envolvem a articulação entre psicologia e ruralidades. O trabalho de Leite and Dimenstein (2013) *Psicologia em Contextos Rurais* traz experiências brasileiras sobre essa relação e apresenta-se como importante referência acerca da formação dos profissionais de psicologia para atuação em contextos rurais. E ainda, o trabalho de Landini (2015) *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*, que reúne diversas experiências, e aborda a Psicologia Rural, entendida não como uma nova abordagem do saber psicológico, mas como um espaço plural, diverso e repleto de possibilidades, em que a população rural, historicamente invisibilizada, possa ser compreendida, através das suas especificidades (que devem se colocar como principais nas intervenções psicossociais voltadas a essa população).

Essas publicações exemplificam o avanço e o desenvolvimento deste campo profissional, principalmente nos anos 2000. Soma-se a isso o relatório publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), que trata das Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas à terra e aborda importantes reflexões e recomendações para esse campo de atuação. Junto disso, a revisão publicada por Silva, Leite, Ronzani, Dias, &

Silva (2021) que analisa as concepções utilizadas pela Psicologia latino-americana para definir rural, reitera e apresenta a importância do entendimento dessa categoria de reflexão teórica para além da sua dimensão espacial. O mundo rural deve ser compreendido como um universo integrado ao conjunto social e ao contexto de suas relações internacionais, que possui particularidades históricas, culturais, sociais e ecológicas que caracterizam uma realidade específica (Wanderley, 2001).

Dessa forma, dentro da Psicologia latino-americana, apesar de existir importantes

² Artigo submetido à Revista Psicologia Ciência e Profissão.

discussões sobre as especificidades dos contextos rurais, é necessário avançar no entendimento acerca das intervenções realizadas, uma vez que há uma forma de viver, se relacionar, necessidades e particularidades que são próprias destes contextos (Silva et al., 2021). Abordar as especificidades dos contextos rurais na América Latina e seu encontro com a Psicologia leva a reflexão de como tem sido materializado esse campo profissional, e ainda, como os temas referentes às ruralidades têm sido abordados nas instituições de formação.

Nesse sentido, ainda que a aproximação dos profissionais de psicologia com os contextos rurais seja uma realidade, e que tenha ocorrido determinado aumento no número de pesquisadores percorrendo acerca das possibilidades de contribuição de interlocução entre as áreas (Silva & Macedo, 2019), a formação acadêmica dos profissionais de psicologia segue sendo direcionada para temas urbanos e, dessa forma, a grande maioria dos interesses de pesquisa e atuação são orientados, desde a academia, para essa população (Landini, 2015; Silva & Macedo, 2017).

É a partir desse cenário que caracteriza o avanço de um campo profissional e teórico que a presente investigação tem como objetivo principal caracterizar a atuação dos profissionais de psicologia em contextos rurais e/ou municípios de pequeno porte no Brasil e em outros sete países da América Latina. Junto dessa caracterização, realizou-se algumas considerações sobre como os profissionais avaliam a formação e o preparo para atuação nesses contextos.

4.2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa transversal, e de caráter exploratório e descritivo, direcionada a profissionais de psicologia que atuem ou tenham atuado em contextos rurais no Brasil e na América Latina.

4.2.1 PARTICIPANTES

Participaram do estudo 160 profissionais de Psicologia que atuam e/ou atuaram em contextos rurais e/ou municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes). Tratam-se de 72,5% de psicólogos (as) das regiões Sudeste (61), Nordeste (23), Sul (19), Norte (7) e Centro-oeste (6) brasileiras, e 27,5% de outros países da América Latina, sendo estes, Chile (10), Colômbia (10), Argentina (9), México (7), Uruguai (4), Equador (2) e Bolívia (1). Foi indicado por um Psicólogo (a) a atuação em mais de um país. Foram incluídos na amostra aqueles que responderam positivamente à pergunta “Você trabalha ou trabalhou em contextos rurais?” presente no instrumento de coleta de dados. Foram excluídos profissionais que relataram não possuir formação em psicologia.

4.2.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os profissionais responderam a um questionário online disponibilizado na Plataforma de Formulários do Google composto por: um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e questões relacionadas à aspectos sociodemográficos, formação e preparo para atuação em contextos rurais, além de características do trabalho exercido e do território. Trata-se de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, construído pelos autores do artigo, a partir das informações da literatura de referência na área de Psicologia em Contextos Rurais (Leite & Dimenstein, 2013; Landini, 2015) para alcançar os objetivos deste trabalho. O questionário foi estruturado em Português, traduzido para o espanhol e retro traduzido para o Português com o objetivo de sanar possíveis divergências culturais dos idiomas.

4.2.3 PROCEDIMENTOS

O questionário foi divulgado, inicialmente, nas redes sociais para disseminar a pesquisa. As publicações do *Instagram*, pensadas para alcançar os objetivos do estudo, somaram cerca de 2 mil visualizações. A divulgação também ocorreu no *Facebook*, através da publicação nos chamados “grupos/comunidades” de Psicologia de vários países. Foram elaborados ainda textos e conteúdos visuais específicos para os contatos/grupos de *WhatsApp*.

Além disso, adotou-se o envio de e-mails como uma outra estratégia de divulgação. O conteúdo destes incluía uma breve descrição sobre o objetivo da pesquisa, os links de acesso aos questionários (em português e em espanhol) e um pedido de apoio na divulgação. Foram enviados cerca de 44 mil e-mails para profissionais de diversas áreas, associações e organizações de psicologia, a partir de um banco de contatos disponibilizado por pesquisadores da área. Buscou-se também autores de artigos que se aproximem do tema de psicologia e ruralidades, e profissionais e pesquisadores de referência na área para que colaborassem com a

divulgação a partir de suas redes de contato. Por último, o questionário foi enviado aos participantes do IV Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural, através do apoio da organização do evento (*Red Latinoamericana de Psicología Rural*). Os dados parciais dessa pesquisa foram apresentados nesse mesmo evento, que ocorreu na cidade de Manaus (Amazonas), como estratégia de divulgação e recrutamento. Reitera-se que para todas as estratégias de recrutamento, utilizou-se a técnica “bola de neve”, solicitando aos participantes que indicassem outros profissionais que pudessem participar da pesquisa.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, processo nº 44814921.1.0000.5147. Ao acessar o link, os profissionais assinalaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde era informado, entre outros aspectos, a voluntariedade da pesquisa e que o sigilo ético e profissional seria cumprido.

4.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Ao final da coleta, o banco de dados foi exportado para o software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0, para organização e análise dos dados. Para que a caracterização profissional e as análises fossem realizadas com maior precisão, os dados foram analisados a partir das variáveis Brasil e América Latina. Para respostas de múltipla escolha e demais variáveis, foram estabelecidas variáveis dicotômicas (sim/não).

Com o intuito de alcançar os objetivos dessa investigação, foram feitas análises estatísticas descritivas ou de tendências centrais, tais como frequência (n), porcentagem (%), média (M) e desvio padrão (DP). Foram realizados testes estatísticos inferenciais, especificamente o teste estatístico do Qui-Quadrado (X^2) para variáveis nominais e o Teste t de Student para a comparação entre as médias das variáveis numéricas. Foi adotado o intervalo de confiança de 95% ($p < 0,05$).

4.3 RESULTADOS

Na tabela 1 são apresentados os dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa. Observa-se que a amostra se caracteriza por profissionais com idade média de 38,16 anos (DP=9,94), com semelhanças entre os profissionais brasileiros e de outros países. No Brasil, a média de idade foi de 38,5 (DP=9,86) e na América Latina 40,9 (DP=10,0). Essa mesma semelhança também pode ser observada no que se refere ao tempo em que os profissionais se formaram, com uma média de 38,16 anos de formados (DP=9,94). Os níveis de escolaridade também se assemelham. Os que tinham ensino superior completo eram 16,3%, especialização 29,4%,

mestrado 30,5%, doutorado 17,5% e pós-doutorado 16,3%. Apesar disso, chama atenção que no Brasil os profissionais que fizeram algum tipo de especialização representam 33,6% enquanto que em outros países da América Latina, 18,2%. Essa proporção é invertida ao observar os profissionais que possuem doutorado, enquanto que em outros da América Latina este número representa 27,3% da amostra, no Brasil é de 13,8%.

As variáveis que apresentaram significância estatística na comparação foram: tempo de atuação em contextos rurais, gênero e instituição de formação. Em relação ao tempo de atuação em contextos rurais, os profissionais de outros países da América Latina têm uma média maior de tempo dedicados ao trabalho em contextos rurais 9,51 (DP=7,24), quando comparados aos profissionais do Brasil (M=6,55; DP=6,01) ($t = -2,604$, $gl = 156$, $p = 0,010$).

No que se refere ao gênero, há um número proporcionalmente maior de participantes homens em outros países (43,2%) do que no Brasil (21,6%) (Qui-Quadrado Calculado = 7,486 $gl = 1$ $p = 0,009$). Quanto a instituição de formação, profissionais de outros países latino-americanos foram maioria entre os que se graduaram em instituições públicas (68,2%), enquanto no Brasil este número foi de 43,1% (Qui-Quadrado Calculado = 8,025, $gl = 1$, $p = 0,008$). As demais variáveis entre as características sociodemográficas apresentadas não obtiveram diferenças estatísticas significativas na comparação realizada.

Tabela 1

Características sociodemográficas dos profissionais de psicologia em contextos rurais (n= 160)

Variáveis	Região de atuação					
	Brasil		Outros países AL		Total	
	N	%	N	%	N	%
Gênero*						
Feminino	91	78,4	25	56,8	116	72,5
Masculino	25	21,6	19	43,2	44	27,5
Idade	38,50(M)	9,86(DP)	40,9(M)	10(DP)	38,16	9,94
Titulação máxima						
Ensino superior completo	19	16,4	7	15,9	26	16,3
Especialização	39	33,6	8	18,2	47	29,4
Mestrado	33	28,4	16	36,4	49	30,5
Doutorado	16	13,8	12	27,3	28	17,5
Pós-doutorado	9	7,8	1	2,3	10	6,3
Instituição de Formação*						
Pública	50	43,1	30	68,2	80	50
Privada	66	56,9	14	31,8	80	50
Anos de formado(a) em Psicologia	14,34	9,43	16,45	9,49	14,93	9,46
Tempo de atuação em contextos rurais*	6,55	6,01	9,51	7,24	7,35	6,48

* $p < 0,05$ no teste de Qui-Quadrado

A tabela 2 apresenta os dados referentes às características do trabalho realizado pelos profissionais que compõem a amostra e resume as respostas dadas as perguntas de múltipla escolha “Você trabalha ou trabalhou em contextos rurais?”; “Qual é o seu território de atuação mais recente/atual em contextos rurais?”; “Através de qual instituição/organização foi a sua inserção para o trabalho?”.

No que se refere aos dispositivos de trabalho, as variáveis com significância estatística foram: o trabalho realizado voluntariamente, que foi significativamente maior no grupo de outros países da América Latina com 38,6%, enquanto no Brasil esse número é de 12,1%. (Qui-Quadrado Calculado = 14,414, $gl = 1$, $p < 0,001$). Nesse mesmo sentido, o trabalho de pesquisadores também se destaca na América Latina, com 56,8% e 19,1% no Brasil (Qui-Quadrado Calculado = 21,709, $gl = 1$, $p < 0,001$). O trabalho realizado com a extensão rural também é proporcionalmente maior entre os profissionais de outros países (29,5%), enquanto no Brasil foi de 8,6% (Qui-Quadrado Calculado = 11,348, $gl = 1$, $p = 0,002$). Já os dispositivos de saúde, no Brasil, representam 44% da atuação, enquanto no grupo dos outros países latino-americanos esse número foi de 18,2%. (Qui-Quadrado Calculado = 9,111, $gl = 1$, $p = 0,003$).

Dispositivos de Educação, Assistência Social e Outros não apresentaram significância estatística na comparação de setores de atuação dos profissionais. Apesar disso, observa-se que o trabalho realizado nos dispositivos de assistência social aparece em 36,3% da amostra e nos dispositivos de educação, 17,5%.

Tabela 2

Caracterização do trabalho dos profissionais de psicologia em contextos rurais (n=160)

Variáveis	Região de Atuação					
	Brasil		Outros países AL		Total	
	N	%	N	%	N	%
Dispositivo de trabalho						
Voluntário*	14	12,1	17	38,6	31	19,4
Pesquisador(a)**	22	19,1	25	56,8	47	29,6

Saúde*	51	44	8	18,2	59	36,9
Assistência Social	46	39,7	12	27,3	58	36,3
Educação	21	18,1	7	15,9	28	17,5
Extensão Rural*	10	8,6	13	29,5	23	14,4
Outros	2	1,7	0	0	2	1,3
Território de Atuação						
Assentamentos Rurais*	19	16,7	1	2,3	20	12,7
Agricultura Familiar	21	18,4	12	27,9	33	21
Comunidades Rurais*	46	40,4	26	60,5	72	45,9
Comunidades Originárias*	7	6,1	12	27,9	19	12,1
Comunidades Quilombolas*	11	9,6	0	0	11	7
Comunidades Ribeirinhas	2	1,7	0	0	2	1,3
Distritos/Municípios						
Pequenos**	84	73,7	15	34,9	99	63,1
Outros	1	0,9	1	2,3	2	1,3
Instituição de Inserção no Trabalho						
Extensão Rural*	21	18,9	16	36,4	37	23,9
Instituição ou Empresa Privada	5	4,5	5	11,4	10	6,5
Equipes de Saúde	42	37,8	10	22,7	52	33,5
Escolas	10	9	5	11,4	15	9,7
Ensino/pesquisa*	30	27	20	45,5	50	32,3
Militância/Voluntário*	10	9	12	27,3	22	14,2
ONG	3	2,7	2	4,5	5	3,2
Prefeitura*	14	12,6	0	0	14	9
Assistência Social*	11	9,8	0	0	11	7,1

* $p < 0,05$ no teste de Qui-Quadrado

** $p < 0,001$ no teste de Qui-Quadrado

A tabela 3 apresenta os dados sobre a formação dos profissionais e os referenciais teóricos utilizados para realização do trabalho. Nesse tópico, a variável contato com o tema durante a graduação apresentou significância estatística, uma vez que 64,7% do grupo de profissionais brasileiros relataram não ter tido contato com o tema durante a graduação, enquanto 59,1% dos profissionais das outras regiões latino-americanas tiveram contato (Qui-Quadrado Calculado = 7,390, gl=1, p = 0,008). De maneira geral, destaca-se que 58,1% da amostra relatou não ter tido nenhum tipo de contato com o estudo de contextos rurais.

As demais variáveis não apresentaram associação significativa, apesar disso, destaca-se que, ao serem questionados sobre o sentimento de preparo para a atuação profissional de acordo com a formação recebida durante a graduação, 46,9% declararam sentir-se “mais ou menos preparado”, 33,8% sentiu-se pouco preparado, 10,5% nada preparado e apenas 8,8% muito preparado. Ademais, 33,1% fizeram algum curso de atualização e 66,9% não. Chama atenção ainda a percepção dos profissionais acerca da diferença entre o trabalho realizado em contextos rurais em comparação às regiões urbanas, que foi relatada por 94,4% dos participantes.

Tabela 3

Avaliação sobre a formação e referenciais teóricos dos profissionais de psicologia em contextos rurais (n=160)

Variáveis	Região de Atuação					
	Brasil		Outros países AL		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nível de preparo						
Muito preparado	9	7,8	5	11,4	14	8,8
Mais ou menos preparado	52	44,8	23	52,3	75	46,9
Pouco preparado	42	36,2	12	27,3	54	33,8
Nada preparado	13	11,2	4	9,1	17	10,5
Contato com o tema na graduação*						
Sim	41	35,3	26	59,1	67	41,9
Não	75	64,7	18	40,9	93	58,1
Curso de atualização						
Sim	33	28,4	20	45,5	53	33,1
Não	83	71,6	24	54,5	107	66,9
Área principal*						
Psicologia Social	48	41,4	10	22,7	58	36,3
Psicologia Comunitária	29	25	26	59,1	55	34,4
Psicologia Clínica	29	25	4	9,1	33	20,6
Psicologia Escolar	3	2,6	2	4,5	5	3
Áreas da Saúde	4	3,4	0	0	4	2,5
Psicologia Org./Trabalho	1	0,9	2	4,5	3	1,9
Outros	2	1,7	0	0	2	1,3
Percepção acerca do trabalho						
Percebe diferença	111	95,7	40	90,9	151	94,4
Não percebe diferença	5	4,3	4	9,1	9	5,6

* $p < 0,05$ no teste de Qui-Quadrado

Uma vez que a amostra brasileira era composta por um número maior de profissionais com atuação em pequenos municípios, optamos por repetir as análises selecionando apenas profissionais que apontaram como território de atuação os assentamentos rurais de reforma agrária, as áreas de agricultura familiar, comunidades rurais, originárias, quilombolas e ribeirinhas. Ou seja, foram retirados os participantes que assinalaram como território de atuação os municípios de pequeno porte, obtendo assim uma amostra de 58 participantes.

Com esse cenário, algumas variáveis permaneceram obtendo significância estatística, sendo estas gênero (Qui-Quadrado Calculado = 8,487, $gl=1$, $p = 0,006$) em que 80% dos profissionais brasileiros identificaram-se com o gênero feminino e 57,1% dos profissionais da AL, masculino. Quanto ao dispositivo de trabalho, a significância estatística foi obtida nas variáveis trabalho realizado voluntariamente (Qui-Quadrado Calculado = 4,870, $gl=1$, $p = 0,038$), apontado por 6,7% dos profissionais do Brasil, enquanto na AL esse número representou 28,6%; e ainda trabalho realizado por pesquisadores (Qui-Quadrado Calculado = 10,106, $gl=1$, $p = 0,002$), indicado por 75% dos profissionais de outros países da AL e no Brasil, 33,3%. Quanto ao território de atuação, a significância estatística aparece na variável assentamentos rurais de reforma agrária (Qui-Quadrado Calculado = 12,670, $gl=1$, $p = 0,000$) com 36,7% apenas no Brasil.

O tempo de trabalho em contextos rurais também obteve significância estatística ($t = -2,596$ $gl=55$, $p=0,012$), a média encontrada no Brasil foi de 5,8 anos (DP 4,582), na AL foi de 10,07 anos (DP=7,62). Em contrapartida, a variável que se refere ao nível de escolaridade/titulação, que não havia apresentado significância estatística nas análises

anteriores, obteve com essa amostra (Qui-Quadrado Calculado = 9,569, $gl=4$, $p = 0,048$). A proporção de profissionais de outros países da AL que possuem mestrado (39,3%) e doutorado (35,6%) é maior do que a de profissionais brasileiros, sendo este número de 23,3% e 13,3%, respectivamente.

4.4 DISCUSSÃO

Investigações que buscam caracterizar o trabalho exercido por profissionais de diversas áreas apresentam-se como um dos caminhos possíveis para um maior conhecimento sobre a materialização da profissão exercida. Tratando-se especificamente dos profissionais de psicologia que atuam em contextos atravessados pelas ruralidades, os resultados apresentados colocam-se como significativas evidências para caracterização daquilo que foi e está sendo produzido e realizado no que tange a aproximação da Psicologia latino-americana com as ruralidades.

Os resultados referentes às variáveis sociodemográficas permitem um maior conhecimento e uma apresentação geral da população estudada. Em relação ao gênero, 78,4% das profissionais brasileiras identificam-se como pertencentes ao gênero feminino, o que corrobora com o censo publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, que aponta que a profissão no Brasil é em sua maioria (79,2%) feminina (CFP, 2022). No que se refere aos homens, nos outros países da AL, o número de participantes foi proporcionalmente maior, representando 43,2% da amostra. Apesar dessa diferença estatística entre os grupos, que denota certa disparidade em relação ao gênero, 72,5% da amostra identifica-se como pertencentes ao gênero feminino. Outro aspecto que corrobora com o censo publicado pelo CFP (2022) é referente a idade, o censo realizado pelo órgão mostrou que 54,7% dos profissionais concentra-se numa faixa etária de 30 a 48 anos de idade, e a média encontrada nessa pesquisa foi 38,16 anos (DP 9,94).

É possível inferir que o tempo de atuação em contextos rurais possui uma grande variabilidade entre os participantes estudados, a média geral é de 7,35 anos (DP 6,48). Essa variabilidade mostra que a população estudada é composta tanto por profissionais recém inseridos no mercado de trabalho, como por profissionais que já possuem algum tempo de atuação. Um outro dado que chama atenção refere-se à caracterização da instituição de formação, 50% formou-se em instituições públicas de ensino e 50% em instituições privadas. Além disso, os dados sobre o nível de titulação máxima dos participantes mostram que o somatório geral das porcentagens de mestres, doutores e pós-doutores equivale a 54,3%,

enquanto graduados e aqueles que realizaram algum tipo de especialização, 45,7%. Dessa forma, apesar de haver certo equilíbrio entre os grupos quanto ao tipo de financiamento das instituições de ensino, há também uma quantidade significativa de profissionais dedicados à pesquisa e/ou docência.

Tendo como pano de fundo essa breve descrição da população estudada quanto às características sociodemográficas, algumas considerações referentes ao trabalho exercido por esse público serão realizadas. Como citado no parágrafo anterior, com os dados referentes ao nível de titulação máxima, chama atenção o número de profissionais dedicados à pesquisa e/ou docência. Realizando uma análise mais minuciosa sobre essa caracterização através dos dados referentes aos dispositivos de trabalho, observa-se que há uma concentração maior de pesquisadores nos outros países da AL, quando comparados aos profissionais brasileiros. Isto é, o número de pesquisadores envolvidos com a temática representou 29,6% da amostra, sendo 56,8% na AL e 19,15% no Brasil. Nesse mesmo raciocínio, profissionais que têm como forma de inserção no trabalho o ensino/pesquisa representam 32,3%, 45,5% na AL e 27% no Brasil. Estes dados podem refletir o alcance do questionário utilizado para a coleta de dados diante das redes de referência acessadas. No Brasil, foi possível acessar profissionais de outros setores, principalmente das pequenas cidades, que possuem uma atuação totalmente prática, desvinculada da pesquisa. Já nos outros países da AL os profissionais alcançados mantiveram-se restritos a *Red Latinoamericana de Psicología Rural*, que possui um caráter mais acadêmico.

A atuação nos dispositivos de saúde, por sua vez, tece um caminho contrário aos dados anteriores. A importância da Política de Saúde brasileira na inserção dos profissionais de Psicologia nos municípios de médio e pequeno porte, através dos dispositivos Unidades Básicas de Saúde (UBS), Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), é sinalizada na literatura por Leite, Macedo, Dimenstein, and Dantas (2013). Dessa forma, os dispositivos de saúde aparecem significativamente nos resultados, representando um total de 36,9% da população estudada, sendo 44% brasileiros e 18,2% da AL. Evidencia-se, portanto, uma forte área de atuação destes profissionais, o que pode estar atrelado ao fato de que o território de atuação dos profissionais brasileiros em distritos e municípios de pequeno porte - territórios fortemente impactados pela expansão das políticas de saúde - representou 73,5% da amostra. Nesse mesmo sentido, “equipes de saúde” representaram 37,8% dos resultados relacionados à forma de inserção no trabalho no país, consolidando os apontamentos trazidos pelos autores.

Além disso, a revisão sistemática publicada por Ronzani et al. (2021), que trata da inserção da psicologia em contextos rurais na AL, traz como resultado da análise realizada pelos

autores, que a temática de “saúde” possui destaque também nas publicações latino-americanas da área (representando 18,3% de um total de 93 artigos analisados, de 11 países diferentes da AL). Portanto, a saúde de forma geral, como ciência ou profissão, apresenta-se como uma área de atuação característica destes profissionais.

Nesse mesmo sentido, os dispositivos de assistência social foram o segundo dispositivo de trabalho mais apontado pela amostra (36,3%) com 39,7% no Brasil e 27,3% na AL. Destaca-se ainda que a Assistência Social foi relatada como instituição de inserção no trabalho apenas por profissionais brasileiros (9,8%). A inserção dos psicólogos na Política de Assistência Social no Brasil se dá principalmente nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que assim como nos dispositivos de saúde, é consequência da expansão das políticas de assistência para os municípios de pequeno porte (Leite et al., 2013).

A presença dessas duas formas de atuação, tanto a saúde como a assistência social, vincula-se à algumas características comuns entre toda a população rural latino-americana que é demarcada pelos processos sociais que atravessam o continente, a violência e a desigualdade social comum entre toda a população rural da região (Gonçalves, Landini, Leite, Calegare, & Monteiro, 2016). As atividades e dispositivos que envolvem ambos os temas - Assistência Social e Saúde - colocam-se como uma das possibilidades de resposta aos problemas desencadeados pelas características demarcadas.

Todavia, é igualmente importante destacar outras formas de atuação e potencialidades existentes quanto aos dispositivos de trabalho do profissional de psicologia latino-americano no campo, como por exemplo, o trabalho exercido junto a extensão rural. O documento publicado pelo CFP (2013) aponta a necessidade da inserção do profissional de psicologia no campo das 75 políticas públicas que estão relacionadas às questões da terra, destacando a assistência técnica e extensão rural. Essa investigação encontrou o envolvimento de apenas 8,6% dos psicólogos brasileiros com a área.

Em contrapartida, nos outros países da AL, o trabalho em dispositivos de extensão rural é de 29,5%. Da mesma forma, como instituição de inserção no trabalho, a porcentagem indicada por profissionais de outros países (AL 26,4%) é maior que no Brasil (18,9%). Na região como um todo, além da extensão rural pública, existe ainda financiamento dos organismos públicos às organizações empresariais e do terceiro setor (Aguirre, 2012). O estudo publicado por Favero and Sarriera (2009) indica a Psicologia como uma das áreas com potencial para ampliar seu conhecimento e responder às necessidades da população junto à extensão rural. A pesquisa realizada por Landini (2016) com extensionistas rurais de 12 países da região em relação às expectativas dos mesmos sobre a Psicologia, aponta a gestão de grupos e de processos

participativos com agricultores, a capacitação e o auxílio aos extensionistas como potenciais formas positivas de contribuição com a área. O estudo aponta ainda expectativas controversas, que colocam os agricultores como objetos de intervenção, desconsiderando o papel de transformação desses sujeitos, que devem ser revistas.

Chama a atenção ainda que o trabalho voluntário foi indicado como forma de atuação em 19,4% da amostra, no Brasil 12,1% e na AL 38,6%, indicando que na AL esse tipo de atuação mostrou-se mais comum que no Brasil. Junto disso, 14,2% aponta como instituição de inserção para atuar em contextos rurais a própria militância e/ou o trabalho voluntário, sendo 9% Brasil e 27,3% AL. Se faz necessário, portanto, refletir acerca das condições de trabalho desses profissionais. Ainda que o trabalho realizado pela militância seja uma luta importante e muitas vezes característica dos próprios sujeitos que ocupam territórios marcados pelas ruralidades, a exemplo das comunidades originárias, o envolvimento dos profissionais latino-americanos nesse tipo de exercício profissional, ao mesmo tempo que pode indicar uma maneira de fortalecimento da luta desses povos, aponta para ausência de oportunidades de emprego formal no campo e precarização da força de trabalho, que pode ser uma barreira à permanência e continuidade do trabalho.

Outro aspecto que chama atenção foi que a atuação nos municípios pequenos representou a maior parte (63,1%) dos territórios indicados, principalmente pelos profissionais brasileiros (73,7%). É evidente a limitação que se coloca nesta pesquisa quanto à generalização dos dados. Todavia, a partir da década de 1990, inicia-se um processo de interiorização da psicologia, com a expansão do ensino superior para cidades de pequeno e médio porte e ainda, a inserção dos profissionais nas políticas sociais citadas anteriormente, levando a essa interiorização da profissão no país (Leite et al., 2013). Esse processo, por sua vez, desencadeia o encontro da profissão com uma realidade distinta dos contextos urbanos, caracterizada pelo alto índice de população rural (44,93%), que tem como atividades produtivas principais a agricultura e a pecuária familiar, a extração de vegetais e minerais e a atividade pesqueira (Macedo & Dimenstein, 2011). É indispensável, portanto, enfatizar a importância dessa interiorização, que faz com que a Psicologia se encontre com os desafios e potencialidades para realização do seu trabalho junto às ruralidades e caminhe para alcançar outros territórios ainda pouco acessados.

Os resultados encontrados também mostram que existem territórios de atuação apontados exclusivamente por profissionais brasileiros, as Comunidades Quilombolas (9,6%) e as Comunidades Ribeirinhas (1,7%). Destaca-se ainda os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária que aparece em 16,7% no Brasil e 2,3% na AL. A aproximação da psicologia brasileira

com este último território pode ser encontrada em alguns estudos anteriores (Leite et al., 2017; Costa, Dimenstein, & Leite, 2015; Araújo, Nepomuceno, Figueiró, & Mello, 2013; Leite & Dimenstein, 2010; Domingues, 2007). A pouca aproximação dos outros países da AL pode estar relacionada às diferenças políticas e de formação de movimentos sociais no que se refere a questão da reforma agrária, ou ainda, a relativa aproximação das universidades brasileiras com estes territórios em comparação aos outros países, a exemplo das Jornadas Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), criada em 2013 para visibilizar as ações de luta pela terra através de movimentos populares, como o MST, nas Universidades Federais, Estaduais, Particulares e Institutos de Ensino no Brasil (Fernandes, 2017).

Como citado anteriormente, os resultados referentes às Comunidades Quilombolas foram apontados apenas por profissionais brasileiros (9,6%). Esses territórios também são conhecidos como “comunidades remanescentes de quilombo” ou “quilombos contemporâneos” e fazem parte da realidade latino-americana em países como Brasil, Colômbia, Equador (onde os direitos dessas comunidades são reconhecidos constitucionalmente) e outros países, como Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua (Andrade & Bellinger, 2009). Ainda que os resultados da investigação apontem certa aproximação com essas comunidades - que pode ser ilustrado na literatura pelo trabalho publicado por Costa and Edmundo (2020) - é evidente a pouca aproximação da Psicologia com esses territórios - como concluído por Silva and Santos (2021) em uma revisão sistemática que buscou reunir os trabalhos relacionados a área -, uma vez que o censo demográfico de 2022 mostra que a população quilombola residente no Brasil é de 1.327.802 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Nesse mesmo sentido, Costa and Scarcelli (2016) apontam a escassez de políticas que articulem o direito à terra e o reconhecimento identitário dessas comunidades.

As Comunidades Ribeirinhas, que representam apenas 1,7% do território de atuação apontado por profissionais brasileiros, estão evidentemente distantes da atuação dos Psicólogos. Calegare, Higuchi, and Forsberg (2013) dissertam sobre os “desafios metodológicos relacionados ao estudo comunidades ribeirinhas na Amazônia, e trazem, por exemplo, a dificuldade de acesso devido a distância, a logística e o financiamento como parte dos desafios que impedem a aproximação da academia com essa população. A dificuldade de acesso dessas populações - rurais e remotas - às políticas de saúde é apresentada por Lima et al. (2018), os autores elencam as barreiras geográficas, o tempo de deslocamento e a distância como alguns dos fatores que influenciam diretamente no acesso à saúde.

Entende-se, portanto, diante do cenário apresentado, que ainda que a psicologia brasileira tenha passado por esse processo de interiorização e se aproximado das populações

rurais através do desenvolvimento das políticas de saúde, as comunidades quilombolas e ribeirinhas não ocuparam um lugar de destaque nos territórios apontados. Reafirma-se, mais uma vez, as limitações estatísticas de generalização que existem nessa investigação, porém as considerações teóricas trazidas acerca da pouca aproximação, enfatizam uma discussão já existente a respeito dessa difícil realidade.

Ao contrário do que foi apresentado acima, os resultados relacionados à profissionais que atuam/atuaram em outros territórios de agricultura familiar representam um total de 21% da população estudada, sendo 27,9% na AL e 18,4% no Brasil. A agricultura familiar no continente latino-americano possui um papel crucial na produção de alimentos e na segurança alimentar da região. Além de produzir a maior parte dos alimentos destinados ao consumo interno nos países do continente, os agricultores familiares desenvolvem e utilizam-se de métodos de produção sustentáveis, que garantem a sustentabilidade ambiental e a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios, como por exemplo, a concentração fundiária, a infraestrutura precária e a falta de acesso a recursos e assistência (Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], 2014).

Entendida como uma complexa e heterogênea forma de produção de trabalho, uma vez que envolve todo o grupo familiar e remete aos embates das relações de gênero e de gerações (Ieno, 2013), a agricultura familiar coloca-se como um significativo campo para atuação de profissionais da psicologia. Alguns trabalhos que apresentam essa interlocução dos campos podem ser encontrados na literatura, a exemplo de Zimath and Erzinger (2020) e Favero and Sarriera (2014), mas é imprescindível entender o ímpeto político e de luta por uma reforma agrária enquanto sinônimo de resistência das populações do campo e dos movimentos socioterritoriais contra a concentração fundiária, o avanço do sistema capitalista para dominação do campo e a violência sobreposta entre os interesses do estado e das iniciativas privadas, que fazem parte da realidade histórica e estrutural do continente latino-americano (Fernandes et al., 2018).

Nesse contexto de luta e resistência, apresentam-se também as comunidades originárias, que foram apontadas como território de atuação por 12,1% da amostra. Em vários países da AL os povos indígenas estão em risco de desaparecimento físico ou cultural e são marcados pela (...) “vulnerabilidade socioambiental e territorial, com os deslocamentos forçados, a escassez de alimentos, a poluição das águas, a degradação dos solos, a desnutrição e elevada mortalidade” (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], 2015, p. 43). Quando refletimos acerca dessa população e desse território - que se estabelece não apenas por um espaço geográfico, mas como constituição de uma identidade cultural, fonte de

conhecimentos e de espiritualidade, expressando uma vinculação com a própria sobrevivência (Comissão Interamericana de Direitos Humanos [CIDH], 2013) - e sua relação com a Psicologia latino-americana, é necessário voltar os olhares para os processos históricos e políticos envolvidos com os mesmos.

Essa investigação mostrou que apenas 6,1% dos profissionais brasileiros indicaram atuar nesses territórios, nesse sentido, a revisão de literatura publicada por Ferraz and Domingues (2016) sobre a psicologia brasileira e os povos indígenas, conclui que existe uma lacuna nos referenciais teóricos da área, uma vez que as tradições individualistas da Psicologia se distanciam das populações indígenas. É devido a esse cenário, que as relações da Psicologia com os povos originários colocam em evidência o debate acerca da importância da descolonização da área, enquanto ciência e profissão, para que seja possível compreender a vida, os territórios e as demandas dos povos tradicionais (Fernandes, Gonçalves, & Silva, 2022). A vista disso, é necessária uma maior atenção da Psicologia para com os povos tradicionais e o contexto de luta e resistência vivenciado por esses povos. Nesse mesmo sentido, Silva and Macedo (2021) destacam a ausência de estudos na área que abordem alguns temas importantes, como por exemplo, o protagonismo indígena, a garantia de direitos, o acesso a políticas públicas, modos de vida e subjetivação, cosmovisões e interculturalidade e as práticas de cura, entre outros.

As Comunidades Rurais foram apontadas por 45,9% dos profissionais, sendo 40,4% no Brasil e 60,5% na AL. Esse número mostra uma aproximação dos profissionais de ambos os grupos com esse território de atuação. No trabalho de Ximenes and Moura Jr (2013) é apontado que essas comunidades são atravessadas por processos de opressão e depreciação social e ao mesmo tempo, possuem características espaciais, sociais e simbólicas que possibilitam o fortalecimento desses espaços. Admite-se, portanto, que os profissionais de psicologia do continente latino-americano se aproximam, com as especificidades próprias das regiões, de territórios, formas de trabalho e populações que fazem parte dos contextos rurais na América Latina como um todo. Questiona-se, a partir disso, como estes profissionais avaliam a formação para a atuação com esses contextos e quais são os referenciais teóricos utilizados como guia para tal.

Alguns resultados referentes à área da psicologia utilizada como norteadora para a realização do trabalho chamam a atenção. A Psicologia Social e a Psicologia Comunitária, na amostra geral, foram as mais apontadas pelos profissionais, 36,3% e 34,4% respectivamente. Analisando de forma comparativa, a Psicologia Comunitária teve mais destaque nos outros países da AL, com 59,1%, e a Psicologia Social, no Brasil, com 41,4%. A Psicologia Clínica,

por sua vez, foi a terceira área mais apontada pelos participantes (20,6%), ganhando destaque no Brasil, com 25%, e na AL com 9,1%. A Psicologia Escolar (3%) e a Psicologia Organizacional e/ou do Trabalho (1,9%) foram pouco apontadas na amostra geral por ambos os grupos. Áreas da saúde e algumas outras perspectivas de trabalho apareceram apenas nas respostas de profissionais brasileiros, 2,5% e 1,3% respectivamente.

Martins, Rocha, Augusto, and Lee (2010) trazem que as práticas dos profissionais que estão inseridos em contextos rurais, estão, quase majoritariamente, voltadas para o contexto urbano. Nesse mesmo sentido, refletir acerca do envolvimento da Psicologia com as necessidades básicas da sociedade e essa aproximação com as áreas emergentes - exemplificada pelos territórios de atuação e discussões realizadas anteriormente - traz à profissão o desafio claro de não realizar, de maneira descontextualizada, uma mera transferência de território das práticas e vertentes teóricas tradicionais (Landini, 2015).

É nesse sentido que a grande presença da Psicologia Comunitária e da Psicologia Social é coerente com a literatura da área, uma vez que as experiências e os trabalhos próprios da Psicologia Social Comunitária Latino-americana, apresentam-se como norteadores para a realização de uma prática de fato coerente com a realidade da população do campo e comprometida com a sua transformação (Lane, 1994; Campos, 1999; Góis, 2005; Brandão & Bonfim, 1999; Ieno Neto, 2007). A disciplina, por sua vez, tem como características fundamentais: o trabalho com fenômenos psicossociais que são produzidos pela relação com a comunidade, levando em consideração o contexto social, a diversidade e a relatividade das culturas; uma prática orientada para a mudança social através do desenvolvimento e do fortalecimento comunitário; a participação comunitária e a realização de intervenções sociais; e a produção de reflexões, críticas e teorias por meio de seu caráter científico (Montero, 2004).

Apesar desse cenário de proximidade com a Psicologia Comunitária e a Psicologia Social, que são apontadas na literatura como referências que podem guiar o trabalho de profissionais que atuam em contextos rurais, é necessário refletir sobre o preparo que estes profissionais possuem para atuação com as especificidades que envolvem estes contextos. A soma das porcentagens dos profissionais de psicologia latino-americanos que relataram sentir-se “muito” ou “mais ou menos” preparados para a atuação em contextos rurais e/ou municípios de pequeno porte é de 63,7%, enquanto no Brasil, 52,6% relataram o mesmo sentimento. Essa diferença é ainda mais evidente quando analisamos o contato com o tema durante a graduação, que foi de 59,1% na AL e 35,3% no Brasil. Dessa forma, foi encontrado que a formação dos profissionais latino-americanos possui um maior contato e despertam um melhor sentimento de preparo, quando comparados aos profissionais brasileiros.

Esses resultados encontram-se com a discussão feita por Leite et al. (2013), apesar da interiorização da profissão no país através das políticas públicas de educação para os municípios de pequeno e médio porte, com a expansão do ensino superior, assim como a inserção profissional nas políticas de saúde e de assistência social - já abordadas anteriormente - ser uma realidade no Brasil, é urgente a necessidade de repensar o processo de formação desse profissional e da psicologia enquanto ciência, que majoritariamente tem se voltado para questões urbanas.

Nesse mesmo sentido, a pesquisa realizada por Silva and Macedo (2019) com profissionais envolvidos nas políticas públicas de um município de pequeno porte no Piauí identificou a invisibilidade do rural no discurso dos profissionais e a ausência de planejamentos e intervenções contextualizadas, evidenciando os desafios da aproximação do profissional de psicologia com as ruralidades. Em um outro estudo realizado por Reis and Cabreira (2013) com profissionais de psicologia que atuam no CRAS junto a populações da zona rural na região sul do Brasil, são discutidas as situações de vulnerabilidade vivida pela população dessas comunidades e ainda, a dificuldade de locomoção e acesso aos serviços oferecidos pela política social, uma vez que a própria configuração da política não inclui de fato as populações rurais acometidas pela pobreza, desemprego e outras situações de vulnerabilidade social.

Em ambos os trabalhos coloca-se em evidência o debate acerca da formação dos profissionais para atuação e também os problemas que fazem parte das políticas públicas, intensificando os desafios para realização do trabalho junto às populações rurais. Essas considerações já direcionam a necessidade da inserção de temas de estudo na formação desses profissionais que estejam entrelaçados com as ruralidades e suas especificidades.

Destacamos as recomendações trazidas pelo CFP (2013) onde são elencados alguns temas relevantes para formação e para investigações em Psicologia:

- a. História do campo brasileiro e de suas populações regionais;
- b. História das lutas indígenas e camponesas no Brasil e na América Latina;
- c. A emergência atual dos povos do campo no Brasil e na América Latina;
- d. Políticas públicas atuais e o campo brasileiro;
- e. Estado e hegemonia cultural;
- f. Estado, políticas culturais e práticas culturais;
- g. Políticas públicas, subjetividades e culturas;
- h. Sociedade, relações de classe e relações étnicas;
- i. Antropologia Cultural, Etnologia e Etnografia;
- j. Ciências da Religião;
- k. Povos Indígenas;
- l. Comunidades Tradicionais;
- m. Formação e atualidade dos quilombos. (p. 83)

Nesse mesmo documento, é colocado em pauta a importância de uma forma de ensino voltada para a construção de parcerias com os povos indígenas, quilombolas, comunidades

tradicionais e comunidades camponesas para que seja possível a aproximação de professores, alunos e pesquisadores à realidade do campo. Assim como estes sujeitos devem ser preparados pelas instituições de ensino para que essa aproximação aconteça de forma respeitosa e atenta ao histórico de desigualdade, autoritarismo e exclusão social sofridos por essa população (CFP 2013). A pesquisa realizada por Martins et al. (2010) que analisou as percepções sociais de estudantes de Psicologia sobre o “meio rural” mostrou que a percepção desses estudantes é por vezes distante de realidade histórica e contextual do campo brasileiro, que foi representado como um espaço habitado por sujeitos analfabetos e ignorantes.

Além do processo formativo ser uma importante pauta na discussão, é necessário repensar ainda o lugar que a psicologia ocupa nas políticas públicas, de que forma essa classe trabalhadora se organiza e se posiciona diante das demandas populares. Nesse sentido, Silva and Macedo (2019) ressaltam a importância de que o ensino e a prática de profissionais de psicologia estejam inseparáveis da política e da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado tratou-se de um primeiro estudo de base nacional e regional, que trouxe informações importantes acerca da caracterização e dos desafios do trabalho de profissionais de psicologia inseridos em contextos rurais. A partir dos dados apresentados na pesquisa e das reflexões tecidas, evidenciamos territórios, formas de inserção no trabalho, áreas de atuação e linhas teóricas utilizadas como guia pelos participantes que compõem a amostra do estudo.

Diante do exposto, mais do que refletir acerca da diversidade de áreas que existem na Psicologia enquanto ciência e suas possíveis contribuições para com as populações rurais, coloca-se o ímpeto de repensar o distanciamento evidente das especificidades dos contextos rurais na formação e na atuação de profissionais. Nesse sentido, emprega-se mais uma vez o desafio da não transferência de práticas e/ou teorias estigmatizantes e excludentes, como já foi apontado neste trabalho e na literatura de referência da área.

As recomendações trazidas para formação, juntamente com a caracterização acerca dos territórios de atuação e formas de inserção do trabalho, refletem uma discussão já presente na literatura de referência na área que coloca a necessidade de compreender o meio rural na Psicologia enquanto ciência e profissão através de uma abordagem que seja plural, interdisciplinar e ainda, transdisciplinar.

Por fim, destacamos a necessidade de que novas investigações que busquem se aproximar deste(s) tema(s) sejam realizadas, tanto a nível mais abrangente, isto é, com um

maior número de profissionais, como a nível mais específico, debruçando-se sobre práticas, teorias e realidades de trabalho, para que seja possível construir e aprimorar o conhecimento existente acerca da atuação dos profissionais em contextos rurais na AL.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Os procedimentos metodológicos realizados para cumprir com os objetivos propostos neste trabalho foram desenhados principalmente para alcançar o público alvo da investigação. Apesar da ampla divulgação e do significativo número de profissionais brasileiros, existe uma limitação no que se refere à comparação entre Brasil e AL devido às grandes diferenças regionais, culturais e dos diferentes países. Nesse sentido, a forma com que os resultados foram apresentados e discutidos foi escolhida para que, didaticamente, a caracterização profissional fosse apresentada. Mas é necessário reforçar a limitação existente no que se refere às considerações realizadas a respeito do continente e os dados estatísticos apresentados, devido às diferenças citadas anteriormente. Sabemos ainda que a chamada América Latina se apresenta por uma heterogeneidade e singularidades culturais e históricas, o que nos limita, para além dos profissionais alcançados, realizar quaisquer tipos de generalização sobre a região. Ainda assim, apesar das limitações apresentadas, nosso estudo nos permite ainda levantar características acerca das práticas e desafios para nossa profissão no contexto de ruralidades.

4.7 REFERÊNCIAS

- Aguirre, F. (2012). El nuevo impulso de la extensión rural en América Latina. *Situación actual y perspectivas. Santiago de Chile: Red Latinoamericana para los Servicios de Extensión Rural.*
- Andrade, L. M. M., & Bellinger, C. K. I. (2009). *Quilombos latino-americanos.* Comissão Pró-

- Índio de São Paulo. Consultado em 19 de dezembro de 2023. <https://cpisp.org.br/>
- Araújo, N. N., Nepomuceno, R. R. S., Figueiró, R., & Mello, L. (2013). Mulheres e psicotrópicos: subjetivação e resistência em trabalhadoras rurais assentadas. Em J. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 273-301). Natal: EDUFRN.
- Brandão, J. R., & Bonfim, Z. A. C. (1999). Os jardins da Psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico vivencial. Fortaleza: Pró-reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Forsberg, S. S. (2013). Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571–580. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300011>
- Campos, R. H. F. (1999). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. (3ª Ed.) Petrópolis: Vozes.
- CEPAL, N. (2015). Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Síntese.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2013). *Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial en las Américas: Recomendaciones para el Pleno Respeto a sus Derechos Humanos*. Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.cidh.org>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Brasília. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-dasos-psicologasos-em-questoes-relativas-a-terra-2/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/censo-da-psicologia-brasileira-volume-1/>
- Costa, A. F. de S., & Edmundo, O. J. C. (2020). Afetividade no Território Quilombola: uma Práxis Possível da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(spe), e230161, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230161>
- Costa, E. S., & Scarcelli, I. R. (2016). Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicologia USP*, 27(2), 357–366. <https://doi.org/10.1590/0103-656420130051>
- Costa, M. da G., Dimenstein, M., & Leite, J. (2015). Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 13-29. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.41968>
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia Em Estudo*, 12(3), 573–582. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300014>
- Favero, E., & Sarriera, J. C. (2009). Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(1), 1-16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100002&lng=pt&tlng=pt.

- Favero, E., & Sarriera, J. C. (2014). Impactos da seca no bem-estar psicológico de agricultores familiares do sul do Brasil. *Temas em Psicologia*, 22(4), 809-822. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-11>
- Fernandes, B. M., Rincón, L. F., Kretschmer, R., Filho, E. da S. R., Garrido, H. C. C., Pérez, F. E. O., ... Pereira, J. M. M. (2018). *La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe* (B. M. Fernandes, L. F. Rincón, & R. Kretschmer, Eds.). Argentina: CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0jt4>
- Fernandes, L. (2017, abril 10). *Começa em todo o país a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária*. MST. Recuperado de <https://mst.org.br/2017/04/10/comeca-em-todo-o-pais-a-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria/>
- Fernandes, S. L., Gonçalves, B. S., & Silva, L. S. P. (2022). Psicologia, Povos Tradicionais e Perspectivas De(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 42(spe), e263863, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263863>
- Ferraz, I. T., & Domingues, E. (2016). A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 36(3), 682–695. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001622014>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (2014). *Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política*. Disponível em: <https://www.fao.org/4/i3788s/i3788s.pdf>
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire.
- Gonçalves, B. S., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A., & Monteiro, R. C. (2016). Construyendo un abordaje psicosocial de la ruralidad desde América Latina: contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural [Editorial]. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 7(12), 6-16.
- Ieno Neto, G., (2007). A reforma agrária como alternativa à violência. In M. Grandesso & M. R. Barreto (Eds), *Terapia Comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (pp. 47-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Landini, F. (2015). *Hacia una psicología rural latinoamericana*. Argentina: CLACSO.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In: Landini, F (Ed). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Argentina: CLACSO.
- Landini, F. (2016). Diversidad de expectativas de los extensionistas rurales Latinoamericanos sobre la Psicología. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 21(4), 392–402. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160038>
- Lane, S. T. M. (1994). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento* (14ª Ed, pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.

- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 269–278. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200007>
- Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C. B., Silva, E. L., Macedo, J. P. S., & de Sousa, A. P., (2017). Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 301-316. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768>
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: Leite, J.F., & Dimenstein, M. (Orgs.). *Psicologia e contextos rurais*, (1ª Ed. pp. 27-55). Natal: EDUFRN.
- Ieno, G. (2013). Prefácio. In: Leite, J.F., & Dimenstein, M. (Orgs.). *Psicologia e contextos rurais*, (1ª Ed. pp. 13-18). Natal: EDUFRN.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo / IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>
- Lima, M.C., Teixeira, A.C. A., Barros E., Savassi, L. C. M., Almeida, M. M. de, Segura, M. C., ... Anderson, M. I. P. (2018). O fazer rural. In: Savassi, L.C.M., Almeida, M. M. de, Floss M., & Lima, M. C. Editor (Eds.), *Saúde no caminho da roça*. (1ª Ed. pp 10-30). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(2), 296-213. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Martins, A. M., Rocha, M. I. A., Augusto, R. C., & Lee, H. de O. (2010). A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. *Psicologia Ensino & Formação*, 1(1), 83-98. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612010000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Montero, M. (2004) *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Argentina: Paidós.
- Quintanar, C. S. (2009). De la cultura que dejamos atrás. In: Quintanar, C S. *Psicología en ambiente rural*. México: Plaza y Valdés.
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso? *Psicologia: Ciência E Profissão*, 33(spe), 54–65. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8zpkB98rTkHCsRxKy7JwKNR/>
- Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P. de, & Leite, J. F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41, e221801, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>

- Silva, B. Í. do B. de M., & Macedo, J. P. (2021). Povos Indígenas no Brasil e a Descolonização da Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41, e221362, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221362>
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019). A concepção de psicólogos sobre o rural nas políticas sociais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(2), 345-360. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.520>
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2017). Inserção e trabalho de psicólogos/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154. Recuperado de: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886>
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019). Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(3), 97-120. <https://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3p97>
- Silva, K. B., Leite, J. F., Ronzani, T. M., Dias, R. T., & da Silva, R. B. P. (2021). Concepções de rural na Psicologia latino-americana: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(3), 1-20.
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019). Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(3), 97-120. <https://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3p97>
- Silva, M. G. A. da, & Santos, E. F. dos. (2021). DOS (DES) ENCONTROS ENTRE PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 13(38), 345–366. Recuperado de: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1286>
- Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In N. Giarracca (Ed.), *Una nueva ruralidad en America Latina?* (pp. 31-44). Argentina: CLACSO.
- Ximenes, V. M., & Moura Jr., J. F. (2013). Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: Caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In J. F. Leite & M. Dimenstein. (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- Zimath, S. C., Erzinger, G. S., Cruz, R. M., & da Silva, H. (2020). Trabalhadores Rurais: contribuições da Psicologia para a prevenção e promoção da Saúde. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 10(2), 263-278. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os capítulos apresentados nesta dissertação refletem a construção de um dos caminhos possíveis para o aprendizado acerca da aproximação da Psicologia com os contextos rurais, e a importância da Psicologia Comunitária enquanto perspectiva de atuação possível para com as populações inseridas nesses contextos.

Os Estudos I e II tratam-se de revisões sistemáticas, realizadas para contatar o que tem sido produzido cientificamente acerca dos temas propostos. Esses trabalhos contribuíram para o aperfeiçoamento do conhecimento sobre esses temas, principalmente no que se refere às práticas fundamentadas nos referenciais teórico metodológicos da Psicologia Comunitária, que possui como norte a produção de conhecimentos específicos e adequados às dinâmicas históricas, culturais e subjetivas referentes às ruralidades.

A investigação apresentada no Estudo III tratou-se de um primeiro estudo sobre a caracterização dos profissionais de Psicologia inseridos em contextos rurais na América Latina. As análises tecidas sobre os resultados encontrados na investigação colocam-se como provocações, indagações e reflexões sobre os territórios, formas de inserção no trabalho e formação dos profissionais de psicologia. Acredita-se e espera-se que este trabalho contribua, dado a sua singularidade, para evidenciar a necessidade de abordar as especificidades dos contextos rurais nas graduações em Psicologia. Além disso, espera-se contribuir para o fortalecimento desse campo de pesquisa ainda recente nas universidades em geral, mas de fundamental importância para o contexto vivenciado pelos países latino-americanos.

6. REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2000). *Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Calegare, M., Ribeiro, L. P., & Olivera-Méndez, A. (2023). *Psicologia Rural: percursos, práticas e reflexões latino-americanas*. Manaus, AM: EDUA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. IBGE.
- Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. da S. S., & Cruz Bomfim, Z. Áurea. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 140–154. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1054>
- Leite, M. L. dos S., (2022). *Ruralidades Latino-americanas*. (1ª Ed). Claec. <https://doi.org/10.23899/9786589284338>
- Souza, R. J. de (2021). Terra, Raça, Classe e Estratégia: A Luta pela Reforma Agrária e a Questão Racial. *Cadernos Macambira*, 4(2), 12–15. <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/357>
- Wanderley, M. N. B. (2000). *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 2, p. 29-37.
- Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In N. Giarracca (Ed.), *Una nueva ruralidad en America Latina?* (pp. 31-44). Buenos Aires, AR: Clacso.